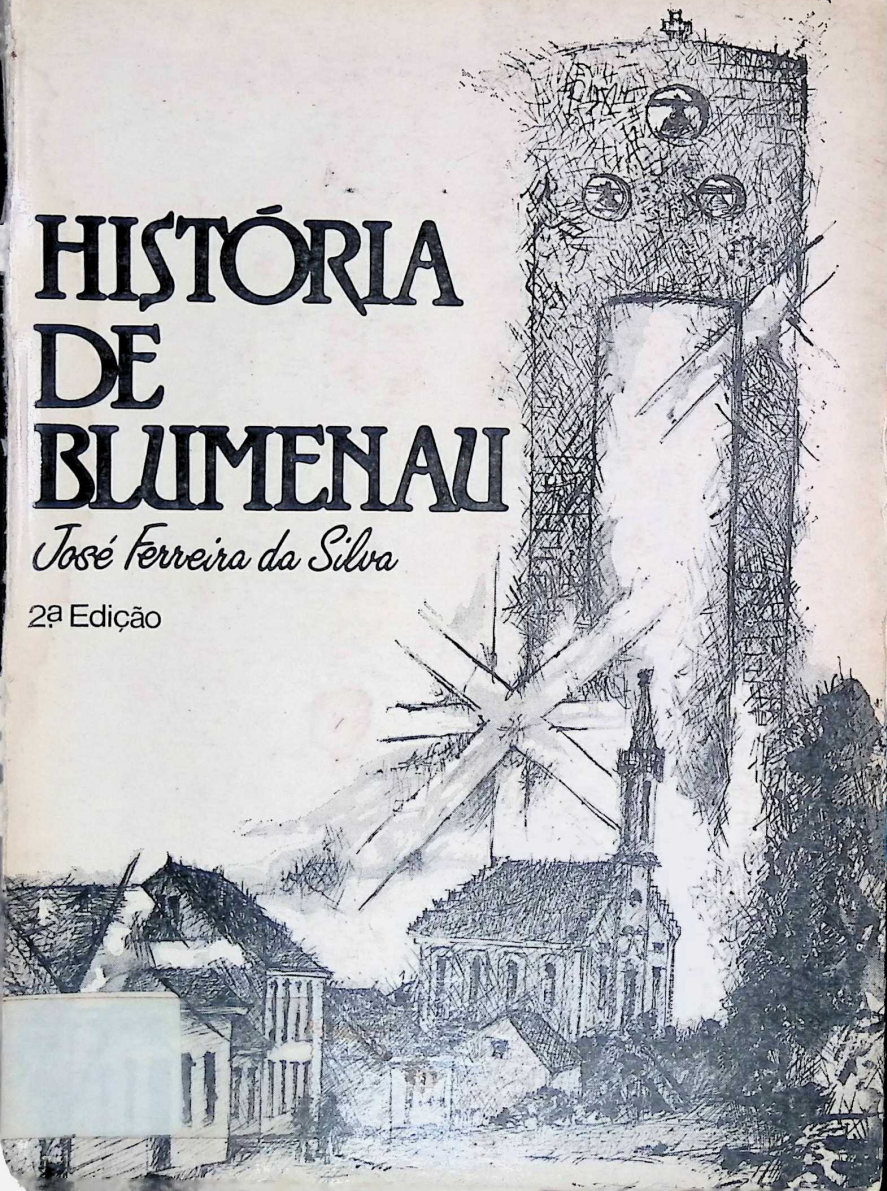


HISTÓRIA DE BLUMENAU

José Ferreira da Silva

2ª Edição



HISTÓRIA DE BLUMENAU

Santa Catarina está vivendo progresso. E isto se revela também na área de atividade cultural. Nos últimos anos, diversos títulos editoriais foram lançados por autores locais, abordando os mais variados aspectos da realidade estadual. E muitos outros se encontram em preparação.

Mas, além do aspecto quantitativo, é importante destacar que esses estudos trazem a preocupação de um refinamento metodológico e factual cada vez maior.

A obra de José Ferreira da Silva bem serve para testemunhar o quadro em que estão atuando os autores catarinenses. Ao tratar da História de Blumenau, o autor utiliza milhares de dados, cujo levantamento e interpretação somente a pesquisa sistemática poderia permitir.

Focalizando todo o processo de fixação de imigrantes no Vale do Itajaí, abordando os diversos momentos da incorporação da área à economia estadual, mostrando o surgimento dos núcleos coloniais e das cidades, e atingindo os dias do presente, o autor realiza um trabalho de história regional básico para um entendimento do mo-saico sócio-econômico e cultural que é o Estado de Santa Catarina.

Ferreira da Silva é um catarinense de Tijucas, dedicado à atividade intelectual e à pesquisa histórica. Sua área de atuação é o Vale do Itajaí. E o extraordinário de sua obra é a seriedade com que se dedica na busca de dados e na sua preservação.

História de Blumenau, além de sua importância em si, testemunha, mais uma vez, o que podem realizar o espírito crítico e o trabalho criador do homem catarinense.

Florianópolis, janeiro de 1972
Sílvio Coelho dos Santos

J. FERREIRA DA SILVA

(Da Academia Catarinense de Letras e do
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina)

SBD/FFLCH

HISTÓRIA DE BLUMENAU

SBD-FFLCH-USP



166708

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"
Blumenau - SC

981 642
5586w
2.ed.

nr: 1085481

Capa — Tadeu Bittencurt
Arte final — PORCHER propaganda & marketing
Clichê — Clicheria Blumenau Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

S586n Silva, José Ferreira da

História de Blumenau/José Ferreira da
Silva. — 2.ª ed. — Blumenau : Fundação
"Casa Dr. Blumenau", 1988.

300 p.

1. Blumenau -- História I. Título.
CDD — 981.64

DEDALUS - Acervo - FFLCH-HI



21200002749

Direitos reservados pelo autor.

PREFACIO A SEGUNDA EDIÇÃO

O acalentado desejo de promover esta segunda edição do livro do saudoso José Ferreira da Silva, onde está estabelecido um dos mais importantes marcos da História de Blumenau e da região do Vale do Itajaí, foi, por nós, finalmente realizado.

A primeira edição estava há muito esgotada. A procura do livro vinha se acentuando a cada dia.

Dificuldades financeiras foram retardando a execução desta edição.

Não fossem as catastróficas perdas que tivemos com as enchentes de 1983/84, acreditamos que já teríamos concretizado esta edição há alguns anos atrás.

O trabalho extraordinário do pesquisador, do historiador, de apaixonante vocação pelos fatos que marcaram a história da primitiva colônia Blumenau até os nossos tempos, realizado pelo Prof. José Ferreira da Silva, resultou nesta obra histórica imutável. Nada aqui, portanto, se poderia alterar, muito pouco a acrescentar apenas para dar caráter de atualidade às seqüências estatísticas relacionadas com a administração do município, o que foi feito, inclusive uma previsão da atual população.

Sem esta obra admirável de José Ferreira da Silva, a história de Blumenau ficaria esparsa, tornando difícil uma pesquisa sem que se pudesse chegar a conclusões tão precisas e preciosas como ela está a oferecer no conjunto de fatos ocorridos após a chegada de Hermann Bruno Otto Blumenau à região.

Com esta segunda edição, objetivamos, portanto, dar oportunidade a numerosos pesquisadores e estudiosos para que tenham a seu alcance uma obra histórica que, mais aprofundada e completa, dificilmente alguém poderá produzir, sem orientar-se por esta obra de Ferreira da Silva.

Finalmente, move-nos ainda o propósito de exaltar ainda mais a figura do saudoso polígrafo e historiador que tão importantes serviços prestou à região do Vale do Itajaí, fazendo com que, através da presente edição, novas gerações possam inteirar-se da admirável história da evolução de Blumenau, dentro de seus vários aspectos, a partir de sua fundação, e, com isso, manter bem viva a memória de José Ferreira da Silva.

José Gonçalves
Diretor Executivo da
Fundação "Casa Dr. Blumenau"

A memória de Hermann Blumenau, cuja integridade de caráter, dedicação aos seus colonos, espírito de renúncia e persistência tornaram possível a concretização e o absoluto sucesso do maior empreendimento colonial alemão no Brasil;

A memória do Frei Estanislau Schaette, exímio educador e nosso grande mestre;

Aos nossos confrades da Academia Catarinense de Letras, a cuja bondade e compreensão devemos a mais alta distinção a que poderíamos aspirar na nossa longa carreira de modesto intelectual;

dedicamos este livro.

Este trabalho está escrito há vários anos. A carência de meios pecuniários que possibilitassem a sua publicação, deixaram-no esquecido entre outros inéditos.

E quando já havíamos, quase, perdido as esperanças de vê-lo em letra de forma, o Governo Municipal, prontificou-se a correr com as despesas da impressão.

A única História de Blumenau, publicada no "Livro do Centenário", datado de 1950, também de nossa autoria, além de ser bastante resumida, tornou-se muito rara, dada a destruição, pelo incêndio de 1959, de quase toda a edição.

O Município vem se ressentindo, há muito, da falta de um trabalho deste gênero, forçando-o a constantes negativas e desculpas aos visitantes e turistas, interessados, em número sempre crescente, em conhecer os fatos blumenauenses.

Assim, o Governo Municipal vem, com o atender a esses reclamos, prestar um bom serviço à população de Blumenau, principalmente aos seus escolares que, até agora, não dispunham de um compêndio para o estudo da história regional, matéria incluída no atual programa do Ensino Primário.

Dividimos este trabalho em duas partes principais: uma com a história, propriamente dita, da fundação e desenvolvimento da Colônia e do Município e, a segunda, constante de capítulos especialmente dedicados à evolução demográfica, econômica, social e religiosa e ao ensino público e particular de Blumenau.

Acreditamos, assim, ter atendido melhor às conveniências dos que abrirem este volume com intuito de procurar, apenas, dados sobre determinado setor ligado ao processo de desenvolvimento e da vida municipal.

Resta-nos, apenas, agradecer ao senhor Prefeito Municipal, jornalista Evelásio Vieira e aos dignos membros da colenda Câmara de Vereadores que, visando aos interesses culturais de Blumenau, espontaneamente decidiram a publicação deste trabalho por conta dos cofres municipais. E estender, também, esses agradecimentos aos Professores Vitor Fernando Sasse e Enéas Martins de Barros, da Universidade Regional de Blumenau, que tiveram a bondade de rever os originais, escolmando-os de algumas falhas e sugerindo mudanças e acréscimos de dados e pormenores que haviam sido esquecidos.

A todos o nosso profundo reconhecimento.

Que este trabalho preste aos blumenauenses os benefícios que se esperam da sua publicação, são os nossos votos. E o prêmio, também, que almejamos pelo nosso esforço, pelo muito que nos custou em anos seguidos de pesquisas e de estudo.

J. Ferreira da Silva

1.^a Parte

I

A BACIA DO ITAJAÍ-ÁQU

Santa Catarina, um dos vinte e dois Estados da Federação Brasileira, situa-se entre o do Paraná, ao Norte, e o do Rio Grande do Sul, ao Sul; a República Argentina, a Oeste e o Oceano Atlântico, a Leste.

A superfície de seu território é de 95.985 quilômetros quadrados, e a orla marítima se estende por 531 quilômetros.

A população do Estado recenseada em 1970 acusou 2.921.574 habitantes.

O Estado foi dividido em 9 zonas geoeconômicas, integradas por 197 municípios. São elas: 1) Litoral de São Francisco; 2) Vale do Itajaí; 3) Florianópolis; 4) Laguna; 5) Canoinhas; 6) Rio do Peixe; 7) Oeste Catarinense; 8) Campos de Lages e 9) Alto Rio Negro.

A zona geoeconômica do Vale do Itajaí, por sua vez, está integrada por três micro-regiões homogêneas:

1) Micro-região homogênea da **Foz do Itajaí-Áqu**, polarizada pela cidade e município de Itajaí;

2) Micro-região homogênea do **Médio Vale do Itajaí**, polarizada pela cidade e município de Blumenau;

3) Micro-região homogênea do **Alto Vale do Itajaí**, polarizada pela cidade e município de Rio do Sul.

No quadro anexo damos os municípios que compõem as três micro-regiões, com as respectivas área e população, com base no recenseamento de 1970.

A zona geoeconômica do Vale do Itajaí, situada no coração de Santa Catarina, limita-se ao Norte, pelas Serra Geral e do Mar, formadoras dos divisores de águas das bacias

do Itajai do Norte e a do Açú, com as do rio Negro e as do Itapocu. Ao Sul, com as Serras do Itajai e do Mar, divisoras das águas do Tijucas e as do Itajai-Mirim. Ao Oeste, com a Serra Geral. A Leste, com o Oceano Atlântico por, aproximadamente, 30 quilômetros de costa.

E, assim, uma zona que compreende parte do litoral e parte do planalto catarinense, a única das nove zonas geocônicas, a que se pode atribuir essa particularidade. As oito demais, ou se situam inteiramente, no planalto, ou totalmente no litoral.

Esse fato se deve à circunstância de o grande rio, que dá nome à região, nascendo no planalto, ao este da Serra do Mar, atravessar esse acidente geográfico para desaguar no Oceano Atlântico. Os demais cursos, com nascentes a oeste da Serra, e que não confluam com o Itajai-Açu, escoam para a Bacia do Prata.

Dois grandes rios formam o Itajai-Açu. O primeiro, Rio do Oeste, desce dos contrafortes da Serra Geral, e depois de pequeno curso em direção ao sul, vete para o Itajai do Sul que, surgindo das Serras dos Faxinais, da Boa Vista e da Geral, corre para o norte. Da confluência desses dois braços, forma-se o Itajai-Açu no local onde foi levantada a cidade do Rio do Sul, justamente cognominada, pela sua importância econômica e social, a capital do Alto Vale do Itajai.

O Itajai-Açu toma o rumo de leste e, depois de percorrer, por vários quilômetros, o terreno pouco acidentado, compreendido entre Rio do Sul e a Subida da Serra, avança por esta, abre caminho por entre íngremes encostas de pórfiro e granito, despenha-se, por estreitas gargantas, e segue rumo ao Atlântico, encachoeirado e fervilhante. Por fim, depois de passada a cidade de Blumenau, apresenta-se sereno, embora de águas quase sempre turvas e profundas. Seu curso, desde Rio do Sul até a foz, no Oceano, é de 190 quilômetros.

Itajai é corruptela de Tajai, nome por que foi conhecido o grande rio, até princípios do século XIX, quando começou a aparecer, nos atos oficiais e na imprensa, com a designação atual.

Mais de 20 rios e ribeirões de maior porte avolumam as águas do Itajai-Açu. Não considerando os afluentes dos dois grandes braços já aludidos, são seus formadores mais importantes: Lontras; Herólio, ou Itajai do Norte; Subida; Warnow; Benedito; do Testo; da Itoupava; da Velha; do Garcia; do Gaspar; Grande e Pequeno; Luiz Alves e, já nas proximidades da foz no Oceano, o Itajai-Mirim.

A Zona da Bacia do Itajai é, toda ela, muito acidentada.

Com exceção de parte dos territórios dos municípios de Gaspar, Ilhota, de Itajai e Piçarras, toda a sua superfície é montanhosa.

O ponto culminante da Bacia é o Morro do **Spitzkopf** (Cabeça Pontuda), a poucos quilômetros da cidade de Blumenau, com 960 metros de altitude. Esse morro é, hoje, considerado reserva florestal e faunística da região. Outras elevações são dignas de menção, como o morro do Garrafão, na Serra do Itajai, Morro do Funil, na Serra Geral, Morro do Taió, na Serra do Mirador, Morro do Cachorro, em Itoupava, com 760 metros, Morro do Baú, com 780 metros, etc. Este último acidente é dos mais conhecidos da região e é, também, reserva botânica e fauniana.

Todo o território da Bacia do Itajai, exceção de pequenas glebas no planalto, está subdividido em pequenos sítios, conhecidos como "lotes coloniais" ou, simplesmente, "colônias", geralmente de 250 a 300 hectares.

A agricultura é a principal atividade dos seus habitantes. Entretanto, em alguns centros, como Blumenau e Brusque, Itajai e Timbó, as indústrias assumem papel preponderante. Na zona do planalto de Rio do Sul, Ibirama e municípios adjacentes, a extração da madeira é das atividades mais importantes e florescentes.

O volume da produção dos quarenta e dois municípios da Bacia do Itajai é extraordinário. Supera até mesmo o de alguns Estados brasileiros.

O escoamento dessa produção para os centros consumidores do país e do exterior é feito pelo porto de Itajai, situado na confluência do rio desse nome, no Oceano, e pelas diversas rodovias que certam a zona, como a BR-101 e BR-116, esta ligada à Bacia do Itajai por rodovias alimentadoras, parcialmente asfaltadas.

Infelizmente, a Estrada de Ferro Santa Catarina, da Rede Ferroviária Federal, situada, toda ela, nos seus 180 quilômetros de extensão, no território da Bacia do Itajai e que foi excelente auxiliar no transporte da produção agrícola e industrial da região para o porto de embarque, foi erradicada em 1971, por ter sido considerada deficitária.

Grande extensão da Bacia do Itajai está, ainda, coberta de matas que a população procura conservar com esmero, principalmente nas montanhas, em cujas encostas têm as suas nascentes os principais cursos de água.

Precisamos, por fim, dizer ainda algumas palavras sobre o significado do termo Itajai. A controvérsia, a respeito, é grande e vem de longa data.

Autores interpretam o topônimo como RIO-DAS-PEDRAS, do tupi ITA, pedra, e I, água.

Acontece, entretanto, ter sido esse nome, até fins do século passado, grafado de forma diferente — TAJAÍ — e, com algumas variantes, começando sempre pelo radical TAJA, ou TAYÁ. Isto afasta a hipótese daquela interpretação.

Compulsando os mapas antigos da costa catarinense, desde o impresso em 1630, efetivamente, vê-se que, ao nosso rio eram dados os nomes de TAJAHUG, TAYABUY, TAYAYE, TUJUUY, TAJAHY, etc.

Nem um único dos autores conhecidos, anteriores a 1800, grafa o vocábulo com ITA inicial. A grafia atual aparece, pela primeira vez, na autobiografia de Vasconcelos de Drummond, publicada em 1836.

Por essa razão, a maioria dos tratadistas entende dever o topônimo ser interpretado como RIO DOS TAIÁS, de TAIÁ, a conhecida arácea, e I, água.

Mas, aqui, ocorre, igualmente, grande objeção, que nos parece válida. Os índios davam, geralmente, aos acidentes geográficos, nomes que justificassem a existência em abundância, dos elementos com tal denominação. Ora, é sabido não serem o taiá, ou taioba, o inhame e outras da espécie, comestíveis, nativas no Vale do Itajaí. Foram aí introduzidas pelos primeiros colonizadores. Não é admissível, portanto, terem os índios dado ao rio a denominação de planta existente na região.

Só se admitiria essa hipótese, com procedência, se fosse verdadeira a suposição de Lucas A. Boiteux, ao admitir conhecessem, os silvícolas, por TAIÁ, a abundantíssima AGUAPÉ, das margens dos nossos cursos d'água.

Essa, sim, é planta existente no Itajaí com fartura, chegando, muitas vezes, a dificultar, quando não a impedir, a navegação de canoas e pequenos barcos.

A hipótese, entretanto, não nos parece provável. TAIÁ e AGUAPÉ são plantas bem diversas na sua forma e estrutura, e de famílias diferentes. A primeira pertence às aráceas e a segunda às ponteceriáceas. Os índios, segundo Von Martius, denominavam-na AUAPÉ.

Vieira da Rosa acredita, contrariando os cartógrafos da costa catarinense, que o nome do rio deveria ser ITAJU-HY, Rio-Do-Ouro, e justifica a opinião com a existência comprovada de ouro nos leitos do Itajaí-Mirim e nos ribeirões da Ilhota e do Garcia.

Entretanto, a suposição não encontra muita consistência, por motivos óbvios.

Von Martius, por sua vez, dá para Itajaí a definição de FLUVIUS HERBAE TAIÁ, rio da erva Taiá e, também RIO DAS FORMIGAS.

Interpretação cabível, surgida recentemente, é a do professor Decoud Larrosa, da Universidade de Assunção. Afirma ele significar o topônimo, tal como se escreve hoje, PEDRA LAMINADA ou PEDRA LAMINÁVEL.¹

A assertiva é das mais válidas, pois é conhecida a abundância das chamadas PEDRAS LAMINADAS, existentes às margens do Itajaí, em quase toda a sua extensão, de um modo especial nas proximidades do porto e cidade de Itajaí, em Subida e no planalto entre Matador e Rio do Sul. É, como se vê, controvérsia de difícil solução.

ZONA GEOECONÔMICA DO VALE DO ITAJAÍ

Municípios	Área em km ²	População
MICRO-REGIÃO DA FOZ DO ITAJAÍ		
1 — Balcário de Camboriú	58	10.894
2 — Camboriú	177	10.050
3 — Ilhota	195	8.467
4 — Itajaí	281	63.624
5 — Navegantes	132	10.068
6 — Penha	52	7.557
7 — Piçarras	55	5.369
	948	116.029
MICRO-REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ		
1 — Ascurra	110	4.103
2 — Benedito Novo	777	12.640
3 — Blumenau	452	101.542
4 — Botuverá	270	3.784
5 — Brusque	282	35.426
6 — Gaspar	422	18.393
7 — Guabiruba	195	6.271
8 — Indaial	926	22.260
9 — Rio dos Cedros	478	9.850
10 — Rodeio	165	8.026
11 — Timbó	110	11.612
12 — Vidal Ramos	402	9.494
	4.589	243.401

1 — A esse respeito, o citado professor concedeu longa e interessante entrevista ao jornalista Silveira Júnior, publicada em vários periódicos do Estado e em "Blumenau em Cadernos", Tomo X, p. 218-220.

MICRO-REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAI

1 — Agrolândia	167	5.751
2 — Agronômica	135	4.705
3 — Atalanta	53	3.484
4 — Aurora	215	5.622
5 — Dona Emma	164	3.885
6 — Ibirama	1.082	21.239
7 — Imbuia	160	2.741
8 — Ituporanga	550	15.045
9 — Laurentino	69	4.035
10 — Lcntras	160	6.992
11 — Petrolândia	282	6.680
12 — Pouso Redondo	357	10.691
13 — Presidente Getúlio	307	9.487
14 — Presidente Nereu	242	4.103
15 — Rio do Campo	475	6.032
16 — Rio do Oeste	270	8.444
17 — Rio do Sul	250	27.883
18 — Salete	137	4.889
19 — Taió	1.047	17.316
20 — Trombudo Central	227	7.665
21 — Witmarsum	151	3.724
	6.560	180.415
TOTAL	12.037	539.845

OBS.: Os municípios de Pomerode e Luiz Alves, apesar de se situarem na Bacia do Itajai, estão incluídos na Micro-Região do Norte do Estado.

II

O POVOAMENTO

Antes da chegada do homem civilizado, era o território da Bacia do Itajai habitado por silvícolas. A orla litorânea dessa Bacia é bem exígua. Estende-se das proximidades da foz do Ribeirão Itajuba, ao Norte, até os limites do Sul do município de Balneário de Camboriú, numa extensão de, aproximadamente, 30 quilômetros.

Essa faixa marítima, nos anos do descobrimento do Brasil, era habitada pelos carijós, índios dominadores de todo o litoral catarinense.

Com a progressiva ocupação da ilha e das costas de Santa Catarina pelos paulistas, aqueles indígenas, ou foram ab-

sorvidos pela mestiçagem, ou foram sendo escorraçados para o interior.

Poucas são as notícias a respeito de agressões dos indígenas aos primeiros civilizados estabelecidos ao longo das margens do Itajai, nas proximidades da foz.¹

Mas, à proporção que esses civilizados iam adentrando as florestas, ou subindo o grande e o pequeno Itajai, foi mister usar de violência para conter os silvícolas que, de quando em quando, lhes atacavam as moradias, destruindo-lhes as plantações, roubando e matando.

Já então, porém, não eram os carijós os donos daqueles sertões. Pertenciam os silvícolas a outros grupos que teriam descido do Planalto, dos Campos de Palmas e das regiões limítrofes do Paraguai e da Argentina. Eram conhecidos por botocudos, por usarem um botoque no lábio inferior, ou, simplesmente, por bugres. Os estudiosos da etnografia dão a esses índios outras denominações, como Kaigangs, Xoklengs, Coroados, etc.

Eles foram, durante muitos anos, o maior entrave ao progresso da colonização da Bacia do Itajai. Eram nômades. Chefiados por caciques, viviam em grupos e não tinham pouco certo. Onde acampavam, temporariamente, construíam ranchos muito primitivos, simples coberturas de folhas de palmitos, ou semelhantes, sem paredes laterais.

Nas épocas de verão, quando o pinhão, seu alimento básico predileto, escasseava, desciam do Planalto ao Litoral onde havia caça mais abundante e, onde, menos rigoroso o clima, faziam plantações de milho.

Não usavam cerâmica. Teciam samburás e pequenos balaços, impermeabilizando-os com cera de abelhas silvestres, para o transporte e conservação da água. Da fermentação do milho, em cochos de madeira escavada, conseguiram uma bebida de alto teor alcoólico, fartamente consumida em determinadas ocasiões festivas. Viviam de frutos, raízes e da caça de pena e pêlo. Eram hábeis caçadores. Não pescavam. Tinham o peixe como animal prejudicial à saúde.

Quando o civilizado começou a invadir-lhes os domínios, onde viviam, por séculos seguidos, como senhores absolutos, os índios, a princípio surpresos e, por primeiro atacados pelos brancos, reagiram. Sem coragem de enfrentá-los peito a

1 — Saint-Hilaire, na sua obra "Viagem pela Província de Santa Catarina", refere-se a assaltos de índios a Itapocu, — pouco antes de sua passagem (1818) por aquela localidade, rumo ao sul. (Op. cit. Tradução de Carlos da Costa Pereira).

peito, pela inferioridade e o primitivismo de suas armas (o arco e a flecha, e uma espécie de lança de cabo curto e larga ponta), os índios passaram a tocaiar os intrusos. Mal se lhes deparava uma oportunidade, ao primeiro descuido do colono caíam-lhe em cima, matando e predando.

É preciso dizer-se, entretanto, a bem da verdade e da justiça, ter a reação dos civilizados excedido, de muito, em violência e em crueldade, à ação dos selvagens. Sob o pretexto de afugentar os bugres para longe das terras, paulatinamente cultivadas pelo branco, organizaram-se as famigeradas "batidas" que se embrenhando pelas florestas, orientadas pelas pegadas, iam surpreender os pobres selvagens nos seus acampamentos, matando, sem o menor resquício de compaixão, quantos encontrassem: homens, mulheres e, até mesmo, crianças.

Algumas destas, e também poucas mulheres escapas à sanha dos "bugreiros", eram levadas para a sede do município, quando não para a capital do Estado, onde, depois de batizadas, eram entregues às famílias de conceito para criar. A maioria dessas mulheres e crianças, não resistindo ao novo sistema de vida e alimentação, morria pouco depois. Algumas, todavia, sobreviveram e deixaram descendência.

Afinal, chamado à razão pelo clamor que tais atos de vandalismo provocavam, o governo resolveu agir, seriamente, de molde a pacificar esses índios e trazê-los à civilização.

O Dr. Blumerau, batia-se, também, pela pacificação do indígena. Nesse sentido era orientada a Guarda de Batedores de Mato que, sob o comando de Frederico Deeke, atuou eficientemente, tendo, inclusive, contratado um intérprete — o famoso Jeremias, imortalizado por José Deeke, num belo trabalho literário — para facilitar o contato e entendimentos entre os bugres e os colonos.

Isso só foi conseguido em 1914, quando um intrépido funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, entrou em contato com os Kaigangs, alcançando aldeia-los no Posto "Duque de Caxias", em Rio Plate, no atual Município de Ibirama.

Documentos de todo fidedignos, informam terem os terrenos próximos à foz do Itajai-Açu, na sua margem esquerda, começado a ser povoados e cultivados a partir de 1750.

No território do atual Município de Navegantes já havia, em 1793, cerca de quarenta famílias, com casas e lavouras, quando várias sesmarias foram concedidas, tanto numa como na outra margem do rio, pelo governo da Capitania. Esses moradores dedicavam-se, preferencialmente, à pesca.

Muitos deles tinham, também, lavouras de milho, feijão e cana-de-açúcar. Outros entregavam-se à extração da madeira, abundantíssima, de que eram serradas, a braços, toras e tábuas.

Da mesma forma, pelas margens do Itajai-Mirim, onde se descobrira ouro, fixaram-se vários moradores dedicados, ao lado da pequena agricultura, mais ao corte de árvores e serração de tábuas. Ali, por volta de 1819, já o governo mantinha um estabelecimento oficial, onde se preparava madeira para as construções públicas.²

Comerciantes de São Francisco e de Desterro, como então se denominava a capital, ou sede da Capitania, vinham até esses moradores, trocando, pelos produtos de sua lavoura, pelo peixe seco e outros bens da terra, fazendas, carne seca, vinho, louças de barro, armarinhos, etc. trazidos nos porões dos lanchões e sumacas, que regressavam ao porto de origem, abarrotados de farinha, de feijão, de milho, de açúcar mascavo etc.

A maioria desses moradores viera da ilha de São Francisco e dos seus arredores. Alguns procediam da colônia fundada pelo governo com imigrantes mandados vir de Ericeira, tendo, por isso, tomado o nome de Nova Ericeira, hoje Porto Belo. Grande parte das casas construídas nessa colônia o foram com madeira serrada nas margens do Itajai-Mirim.

Em 1778, em consequência da ocupação da Ilha de Santa Catarina, no ano anterior, pelos espanhóis sob o comando de Ceballos, e de terem estes se apossado dos estabelecimentos de pesca de baleia, mantidos pelos portugueses nas imediações de Desterro, essa indústria passou a ser explorada na Ponta de Itapocoróia, onde já existia uma capelinha, sob a invocação de São João Batista, erigida em 1758, e sujeita ao paróquiato de São Francisco.³

A Armação (como eram designados os estabelecimentos de pesca de baleia) de Itapocoróia, contava com grande número de escravos, mais de cem negros, empregados, nos pe-

2 — As margens do Itajai-Mirim havia duas sesmarias reais onde, em 1819, o governo da Capitania estabeleceu um "corte" de madeiras para construção e de onde saíram os barrotes e tábuas para a edificação das primeiras casas dos fundadores de Nova Ericeira (hoje Porto Belo). Nessas sesmarias, situadas no local em que, mais tarde, foi erigida a Colônia Itajai (Brusque), é que Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond deveria fundar uma Colônia, o que não se concretizou.

3 — Vide: Monsenhor Pizarro. MEMÓRIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO — Vol. IX — Pág. 263.

riodos da entressafra, nas lavouras de café, milho e mandioca, nas vastas áreas, propriedade da empresa.

Mas, além dessa escravatura, dezenas de trabalhadores livres encontravam serviço na Armação, na pesca dos cetáceos, nos tanques e fornos de azeite, no preparo das barbatanas, no carregamento e descarga de barcos etc. Tais trabalhadores, terminando o período da pesca (geralmente de junho a setembro) voltavam para os seus terrenos e para suas plantações, quando os possuíam, ou iam agregar-se aos mais abastados proprietários das imediações, quando não adquiriam ou se apossavam de terrenos devolutos, próximos, para cultivá-los. Muitos deles vieram instalar-se nas terras marginais do grande e do pequeno Itajaí, cuja distância da Armação não chegava a duas dezenas de quilômetros.

Data daí a designação de "Armação" por que ficaram conhecidas a Enseada e a Praia de Itapocoróia. Esta última designação ficou restrita à ponta sul da enseada, uma das mais belas da costa catarinense, tendo a sua descrição merecido do Visconde de Taunay lugar de destaque no livro "Céus e terras do Brasil".

Pouco depois da independência do Brasil e, possivelmente, ainda no mesmo ano, um comerciante, antes estabelecido em São Pedro do Rio Grande do Sul e, posteriormente, em Desterro, resolveu transferir-se para o Itajaí, edificando, nas imediações da foz do grande rio, uma casa de negócio.

Esse homem, Agostinho Alves Ramos, quando associado a um comerciante do Desterro, estivera, por várias vezes, com os seus lanchões, a percorrer as margens do Itajaí, adquirindo produtos da lavoura, trocando-os por outros gêneros do seu comércio. Nessas viagens, previu o extraordinário futuro a que estavam fadadas terras tão férteis e tão ricas e de fácil cultivo. Decidiu, pois, estabelecer-se ali, inaugurando, assim, uma era decisiva no desenvolvimento da colonização de toda a Baía do Itajaí. Agostinho Alves Ramos veio, para a foz do Itajaí, em companhia da esposa e de um sacerdote franciscano, Frei Pedro de Agote, munido este de uma provisão do bispo de Rio de Janeiro autorizando-o a levantar, ali, uma capela sob a invocação do SS. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição, e nomeando-o seu cura.

O terreno para a construção da capela foi doado por um casal, morador antigo da margem esquerda do Itajaí, José Coelho da Rocha e sua mulher.⁴

⁴ — Vide: "Itajaí — a fundação e o fundador", de J. Ferreira da Silva, apud "Blumenau em Cadernos", Tomo VIII, n.º 9/10.

Em redor da capelinha e da casa de negócio de Alves Ramos, foi-se formando o povoado originário da cidade de Itajaí, antes Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí, de que aquele comerciante deve, com justiça, ser considerado o fundador.

Toda aquela região da foz do Itajaí, de início sob a jurisdição da Vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, passou, em 1832, para a de Porto Belo, cujos limites, ao Norte, eram o Rio Gravatá, atual divisa entre os municípios de Navegantes e Penha.

Nossa Senhora da Graça era, também, cabeça de Comarca, e a sua jurisdição se estendia, pelo litoral, desde as fronteiras com o Paraná até o rio Tijucas Grande onde começava a Comarca de São Miguel.

Homem bastante instruído e de natural bonachão, prestativo e industrioso, Alves Ramos tornou-se, em pouco tempo, o chefe político e conselheiro de todos os moradores de um e do outro lado do Itajaí, e a idéia de trazer para aquelas margens, de terras de espantosa uberdade, colonos, aos milhares, que transformassem a mata bruta em fontes de produção, passou a ser-lhe preocupação constante. Valeu-se da influência adquirida junto às autoridades provinciais, e conseguiu fosse, por lei de 13 de agosto de 1833, Santíssimo Sacramento elevado a freguesia.

Deputado provincial em várias legislaturas, Alves Ramos valeu-se do prestígio que lhe outorgava o mandato, em proveito dos seus planos de colonização. Após ter trazido para as bandas do Itajaí muitas famílias de agricultores de outros pontos da Província e, até mesmo, colonos alemães, dos chegados em 1828, para São Pedro de Alcântara, que, pela qualidade inferior daquelas terras e ante as dificuldades do cultivo, procuraram outros centros, logrou fossem criadas, por lei, duas colônias: uma em Belchior e Pocinho, no Itajaí-Açu, e outra no Itajaí-Mirim, às cabeceiras do Ribeirão Conceição.

Para proteger os colonos desses estabelecimentos contra assaltos dos gentios, obteve fosse, em Belchior, instalada uma Companhia de Pedestres, sob o comando de Henrique Etur.

Em 1842, e em anos subseqüentes, esteve no local o engenheiro belga Charles van Lede fazendo levantamentos de parte dos rios Itajaí-Açu e Mirim.

Deslumbrado com a magnificência da natureza, com a fartura da terra, com a abundância das matas e fecundidade do solo, deliberou fundar ali uma colônia. Requereu, para

isso, em 1845, uma gleba no Itajai-Mirim, no lugar denominado Morretes.

Não a alcançando, adquiriu, posteriormente, uma légua quadrada de terras à margem direita do Itajai-Açu, de José Henriques Flôres, que era possuidor de quase todos os terrenos desde o Ribeirão Gaspar até as proximidades da Vila de Itajai.

Depois de criar a Companhia Belgo-Brasileira de Colonização, Van Lede trouxe da Bélgica, para as terras que adquirira, 90 colonos, dando com eles início à Colônia Belga. Van Lede faleceu em sua terra natal, antes de poder completar os trabalhos de organização da sua empresa. Esta não prosperou; ao contrário, extinguiu-se pouco a pouco e os seus colonos confundiram-se com os demais moradores da região. A sede da Colônia Belga passou a denominar-se Ilhota, (nome atual) sede de florescente município.

Também em 1864, um alemão, havia pouco laureado em filosofia por uma das universidades do seu país, embarcou em Hamburgo com destino ao Brasil.

Chamava-se Hermann Bruno Otto Blumenau e era filho de um engenheiro florestal. Nascera na cidade de Hasselfelde, do então Ducado de Brunsvique, a 26 de dezembro de 1819.

Depois de ter empreendido várias viagens pelo nosso país e de ter tratado, na Corte, de vários negócios relacionados com a colonização alemã, recebeu uma concessão de terras nas margens do Itajai-Açu. Em 1848, explorara já essas terras, em companhia do sócio Fernando Hackradt.

Nessa concessão, com início pouco abaixo do Ribeirão Garcia, Hermann Blumenau, lançou as bases de uma colônia de agricultores e, deixando lá o seu sócio superintendendo os serviços de construção de um engenho de serrar madeira, ranchos, roças, etc., seguiu para a Alemanha, a fim de buscar colonos para o seu estabelecimento.

Conseguiu que viessem para cá dezessete patricios seus, entre os quais um sobrinho. Chegaram à foz do Ribeirão da Velha, a 2 de setembro de 1850.

Por volta de 1853 (Decreto 1.266, de 8 de novembro), foi constituída uma Colônia Militar, com o nome de Santa Teresa, às cabeceiras do Rio Itajai do Sul, ou Braço do Sul, como era mais conhecido o já citado formador do Itajai-Açu. Essa Colônia teria por especial escopo criar um núcleo de população sobre a estrada que, da capital da Província, Desferro, ia à Vila de Lages, mantendo-a tanto quanto possível, transitável, além de conservar afastados dos estabelecimen-

tos agrícolas, os indígenas que infestavam a região. Foi iniciada em 1854, com 19 soldados. Era seu comandante, o major Afonso de Albuquerque Mello. A colônia pouco prosperou. A sede, depois chamada Barracão, denomina-se, hoje, Catuira, um dos distritos do município de Alfredo Wagner que, embora não fazendo parte da divisão geoeconômica oficial, está, geograficamente, integrado na região da Bacia do Itajai.

Alguns incidentes, entretanto, dignos de registro, ligam essa Colônia ao desenvolvimento da Zona da Bacia do Itajai.

Em 1855, por exemplo, o Capitão Pinto partiu de Santa Teresa, em companhia de 25 soldados e desceu, em canoas, o Rio do Sul, com o intuito de explorá-lo. Obstado pelas inúmeras dificuldades opostas à navegação, especialmente o Salto Grande, onde atualmente se acha a cidade de Ituporanga, deixou as canoas e prosseguiu por terra com sua gente, até a confluência do Rio do Sul no do Oeste e, margeando o Itajai-Açu, atingiu, após 28 dias de penosa viagem, a Colônia Blumenau, que mal contava com 400 habitantes.

Ainda hoje, com boas estradas macadamizadas, o percurso feito pelo Capitão Pinto e os seus homens em 1855, é demorado e cheio de percalços. Daí se pode ter idéia do quanto de heroísmo, coragem e abnegação se cobriram os participantes da arrojada façanha, que chegaram a Blumenau magros, esfaimados, doentes. Foram eles os precursores da ligação do litoral-centro de Santa Catarina com a região serrana, ligação em que, posteriormente, tanto se empenharam o Dr. Blumenau e os seus auxiliares, e só concretizada vários anos depois.

Em 1860, o presidente da Província de Santa Catarina, atendendo à ordens da Corte, ergueu outra Colônia às margens do Rio Itajai-Mirim.

Banhadas por esse rio, seus afluentes e confluente, havia grandes extensões de terras de propriedade do governo, que este adquirira por doação de antigos sesmeiros. Nessas terras, além de serrarias, o governo provincial colocara alguns colonos esparsos, por força da lei de 1835, antes mencionada.

Essas terras foram mandadas medir e demarcar, surgindo ali a nova colônia, primeiramente denominada Itajai nos documentos oficiais e, posteriormente, tomando o nome do seu fundador, o Dr. Carlos de Araújo Brusque: Colônia Brusque, como, aliás, fora conhecida desde os anos de sua fundação.

Os primeiros colonos foram em número de 59 e vieram

com o seu diretor, o Barão Maximiliano von Schneéburg. Brusque prosperou muito. Em poucos anos, o território que lhos fora demarcado, achava-se povoado e cultivado por colonos alemães e italianos, excelentes elementos, tornando-se grande centro produtor de gêneros agrícolas e artefatos industriais.

Nesse meio tempo, passando a Colônia Blumenau para o domínio do governo imperial, a imigração foi muito intensificada, forçando a expansão para as regiões próximas à sede, estabelecida à foz do Garcia, no centro da atual cidade de Blumenau.

Dessa forma resultou, não apenas fossem demarcados e divididos os lotes coloniais pelas margens do Itajai-Açu acima, mas, igualmente, aproveitados para residência e cultivo pelos colonos que iam chegando, em número sempre maior, os vales dos rios e ribeirões que desaguavam no Itajai e, mesmo, os terrenos próximos às suas cabeceiras e divisores de águas. Assim, foi a colonização esparramando-se pelo Rio do Teste e seus afluentes (1862/63), pelo ribeirão Branco, pelos do Passo Manso, do Encano, da Mulde e, enfim, pelos numerosos cursos d'água da região.

A esse surto colonizador devem o seu povoamento e progresso os municípios de Pomerode, Indaial e, já na década seguinte, os de Timbó, de Rodeio, dos Cedros e os demais banhados pelo rio Benedito e seus afluentes.

Na sede do Arraial de Belchior, criado em 1835, foi, bem mais tarde, construída, pelo colono Schramm e outros alemães dos que haviam deixado a Colônia São Pedro de Alcântara, uma capelinha dedicada a São Pedro, onde, de quando em quando, o vigário de Joinville, Padre Carlos e, mais tarde, o seu coadjutor, Padre Francisco Gattoni, vinham rezar missa e atender às necessidades espirituais dos colonos católicos, inclusive de meia dúzia deles, integrantes da população da Colônia Blumenau.

Em 1860, o Padre Gattoni veio residir em Belchior e logo tratou de arranjar local mais apropriado para a edificação de nova capela, à margem direita do rio, e de elevar o povoado a freguesia.

O Dr. Blumenau docu, então, parte de um terreno havido por compra a Renato Dias (1862), entre os dois ribeirões Gaspar Grande e Pequeno, para a construção da capela e dividiu o restante em lotes urbanos, vendidos a diversos colonos. Daí nasceu a cidade de Gaspar, sede do atual município do mesmo nome, parte, durante muitos anos, do município de Blumenau, como sendo seu segundo distrito de paz.

Em terrenos confinantes com os da Colônia Brusque, foi criada, no Itajai-Mirim, por decreto de 19 de janeiro de 1866, outra denominada Príncipe Dom Pedro, instalada a 15 de fevereiro do ano seguinte, uns quatro quilômetros acima de foz do Ribeirão Águas Claras. Principiou com 98 colonos irlandeses e norte-americanos, aos quais, pouco depois, vieram juntar-se outros. Essa Colônia não prosperou porque, logo de início, foi mal administrada pelo seu diretor, Barzilar Cotlle, demitido e processado por desvio de dinheiro e outras irregularidades. Aqueles colonos eram elementos recrutados entre os menos recomendáveis, de duvidosa conduta, e viviam em constantes rixas, sempre descontentes. Por isso, em 1869, Príncipe Dom Pedro foi anexada à Colônia Brusque, sendo dispensado o seu pessoal administrativo.

As margens do rio Luís Alves (assim chamado porque, em sua foz, no Itajai-Açu, morou, nos meados do século passado, um certo Dom Luís Alves, espanhol) e encravada entre a Colônia Blumenau e os Municípios de Itajai e São Francisco, havia vasta e fértil área de terrenos devolutos, onde, em 1877, foi formada uma colônia agrícola, tendo como primeiro diretor, o engenheiro Júlio Grothe. Começou com cerca de 70 famílias italianas, 20 alemãs e 22 brasileiras. Em 1886, contava com 500 habitantes.

Essa Colônia também teve princípio muito acidentado, apesar do esforço e da dedicação de seus diretores, principalmente do segundo e último, o engenheiro Pedro Luís Tau-lois.

Os colonos viviam protestando e ameaçando revoltar-se, de sorte que, durante a curta vida da Colônia (extinta em abril de 1880), foi preciso conservar ali, permanentemente, um destacamento de polícia.

A região, contudo, progrediu, havendo a colonização alcançado as linhas estendidas pelos ribeirões do Braço, do Serafim, do Belga, do Máximo e de outros. Como distrito de paz, fez parte do Município de Itajai, até lei de junho de 1958, quando passou a constituir município autônomo.

Dois anos antes da fundação de Luís Alves, ou seja, em 1875, chegaram, destinados à Colônia Blumenau, grandes levas de colonos italianos e tirolezes, que foram localizados em lotes medidos ao longo das margens do rio dos Cedros, dos seus afluentes, do Rodeio e imediações, e às margens do Itajai-Açu, a partir do ribeirão Diamante para cima, até mesmo para além da serra, na linha colonial já medida, de Riachuelo.

Pensava o Doutor Blumenau alargar a sua colonização

sempre mais para o interior, subindo o curso do grande Itajaí, dos seus braços formadores, dos seus afluentes e confluente, tendo, para tanto, providenciado, junto ao governo provincial, fossem tomadas medidas no sentido de, nem mesmo em parte, se concederem terras, na Bacia do Itajaí, a particulares. Seus agrimensores, a partir de 1863, haviam feito explorações de toda a região, projetando e traçando rumos para uma estrada que, da sede da Colônia, alcançasse os campos de Lages.

Quando, em 1880, veio a emancipação da Colônia Blumenau, a direção desta preparava-se para colonizar os terrenos banhados pelo Braço do Sul, partindo da fundação de uma povoação na confluência desse com o rio do Oeste, já com o nome de Humaitá (atual cidade de Rio do Sul).

Com a emancipação da Colônia e o afastamento do Dr. Blumenau, da direção do estabelecimento, foram alterados, completamente, os métodos até então por ele seguidos. As Comissões de Engenheiros, que substituíram a administração colonial, não puderam manter a disciplina rígida peculiar a todos os negócios da direção da colônia, esbarrando, logo de entrada, com dificuldades de toda sorte.

Depois da proclamação da República, ou mais precisamente, depois da Revolução de 1893, tendo o engenheiro Hercílio Pedro da Luz — um dos chefes da Comissão de Terras e Colonização de Blumenau — assumido o governo do Estado, as concessões de terras da Bacia do Itajaí à empresas particulares de colonização sucederam-se com muita frequência. Grandes áreas foram transferidas mediante determinação preço, e outras, dadas como pagamento pela abertura de estradas nas próprias glebas outorgadas.

O sistema apressou, sem dúvida, a colonização de amplas extensões territoriais do planalto. E, em virtude dessas providências, surgiram as comunidades do chamado Alto Vale do Itajaí, ou seja as localizadas nas terras banhadas pelos rios do Sul e do Oeste, e seus afluentes, em número de várias centenas.

Rio do Sul, Ituporanga, Taió, Rio do Oeste e os demais municípios originados do primitivo distrito de "Bele Aliança", são frutos desse sistema.

Uma das áreas mais ricas e desenvolvidas da zona da Bacia do Itajaí, banhada pelo rio Itajaí do Norte, ou Rio Hercílio começou a ser colonizada em 1897, com a concessão de vasta gleba à Sociedade Colonizadora Hanseática, com sede em Hamburgo. De princípio, a colonização dessa área foi difícil, já pela precariedade do acesso, já pela deficiência de

meios pecuniários por parte da empresa. Mas, depois de passar por algumas vicissitudes, a direção da Sociedade teve em José Deeke um orientador seguro e sensato. Em poucos anos, a Colônia Hansa-Hammônia atingiu grande desenvolvimento. Esse estabelecimento também sofreu muito com os repetidos ataques dos bugres a residências e famílias de colonos.

Mas, justamente lá, se deu a pacificação dos botocudos e o aldeamento em Rio Plate, fatos que, com outras providências tomadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, importaram no desaparecimento dos principais entraves à expansão colonizadora. Já o colono poderia habitar e cultivar o seu lote sem as preocupações e os sobressaltos oriundos da presença do índio.

Embora sem o significado de outras iniciativas, convém lembrar as Colônias Heimat e Forçação, ambas no Benedito Novo, e a Wittmarsum, esta fundada por colonos de origem alemã, da chamada Rússia Branca, que, fugindo ao regime comunista, emigraram em inúmeras famílias. Wittmarsum é hoje, município próspero. Situa-se no Alto Rio Krauel, afluente do Itajaí do Norte.

A Colônia Heimat foi fundada pelo capelão católico Beil, que trouxe da Alemanha vários moços, também católicos, com os quais se originou um estabelecimento agrícola *sui generis*. Tratando-se de rapazes solteiros, que se submetiam a um sistema pouco menos que monástico, os *efeitos obtidos* não foram dos mais proveitosos à colonização da região.

Uma pequena tentativa de colonização das terras próximas ao Morro do Baú, levada a cabo por Bruno Hering, na segunda década deste século, não ofereceu resultados.

III

O DOUTOR BLUMENAU

Tivemos, assim, em linhas gerais, a história sucinta do povoamento e colonização da Bacia do Itajaí-Açu.

Toda essa vastíssima zona com uma superfície de 3.553 quilômetros quadrados, (representando 10% da área total do Estado de Santa Catarina), constituiu, até 1934, com exceção dos municípios de Itajaí e Brusque e os, posteriormente, destes desmembrados, o município de Blumenau.

Sendo sede de um empreendimento de extraordinária expansão e graças à iniciativa particular que ne-

la centralizou grandes empresas industriais e um comércio florescente, Blumenau tornou-se, não apenas, o ponto de convergências das atividades sociais, políticas, religiosas e econômicas da imensa zona, o núcleo irradiador da cultura regional, mas também uma das principais cidades brasileiras.

Destarte, a história de Blumenau está estreitamente identificada à da maioria das outras unidades administrativas integrantes da zona geoeconômica da Bacia do Itajaí.

Pouco mais do que ficou registrado nos anais da colonização iniciada pelo Dr. Hermann Blumenau, esses municípios poderão acrescentar à história anterior à sua emancipação.

A história, propriamente dita, da fundação e evolução do estabelecimento de que Blumenau se originou, começa anteriormente à chegada dos primeiros colonos em 1850.

Mas, antes de narrarmos os fatos relacionados com essa história, cumpre biografar o Doutor Blumenau, o idealizador do maior empreendimento de colonização alemã em nossa terra.

Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu a 26 de dezembro de 1819, na pequena cidade de Hasselfelde, Alemanha, na zona do Harz, no então Ducado de Brunsvique. Hoje, Hasselfelde é uma cidadezinha de pouco mais de 5.000 habitantes e está incluída na zona oriental.

Era o mais novo dos seis filhos de Carlos Frederico Blumenau, engenheiro florestal, e de sua mulher Cristiana Sofia Kegel.

Dos 7 aos 10 anos de idade, o pequeno Blumenau frequentou a escola de sua cidade natal.

Em 1829, foi o menino confiado ao Pastor Götting, na localidade de Klein-Winnigstedt, preparando-se para a admissão ao ginásio. Por esse tempo, quando tinha 12 anos, uma grave doença o deixara meio surdo para o resto da vida.

Pouco depois de sua confirmação, em 1834, foi matriculado no ginásio Martino-Katharineum, em Brunsvique.

Em 1836, interrompeu os estudos, por ordem do pai, e entrou, como aprendiz de farmácia, no estabelecimento do farmacêutico Hampe, também conhecido botânico e musgólogo de nomeada, em Blankenburgo, o qual exercia grande comércio de ervas medicinais e em cuja colheita Blumenau tinha de trabalhar, na primavera, não raro, desde as quatro da madrugada até às 11 da noite.

Já no ano seguinte, passou para a farmácia do senhor Koch, em Erfurt, onde concluiu a aprendizagem, tendo prestado, com brilhantismo, o exame oficial. Realizou, em segui-

da, uma viagem, a pé, pela Boêmia, Alta-Austria, Salzburgo até Gastein e, passando por Saalfelder e Passau, foi a Erfurt, e dali regressou à cidade natal. Nesta permaneceu por um ano, trabalhando na Farmácia Gerhard (1840 a março de 1841). Na Farmácia Brandes, em Salzufeln, ficou também alguns meses. Em meados de 1842, Hermann Trommsdorff, instalava uma fábrica de produtos químicos em Erfurt, e convidou Blumenau para dela participar, como sócio.

Os primeiros meses de trabalho foram árduos, já pela pouca experiência de Trommsdorff, já pela carência de meios pecuniários. Entretanto, os dois sócios, em perfeito entendimento, dedicaram-se de corpo e alma à empresa e, tendo descoberto um processo de redução, por meio do zinco, do sulfato de chumbo, resíduos na época desprezados pelas tinturarias, resolveram tirar patente da invenção.

Levando cartas do célebre químico Justus von Liebig para Thomas Graham, sábio inglês e professor de química de grande renome, Blumenau seguiu para Londres, onde veio a conhecer João Jacob Sturtz, cônsul geral do Brasil na Prússia, que se achava na Inglaterra e cujo nome aparecerá, por mais vezes, no decorrer deste trabalho.

Sturtz, além de diplomata, na verdadeira acepção do termo, fora um grande amigo do Brasil, estudioso dos seus problemas, entusiasta das suas possibilidades e do seu futuro. Bem falante e simpático, soube transmitir a Blumenau a sua admiração pelo Império de que era representante.

De propósito dissemos: "fora amigo", porque a amizade de Sturtz ao nosso país durou até que os interesses que a este o prendiam, passassem a ser contrariados.

Blumenau, já de alguns anos atrás, vinha pensando em transferir-se para um dos países da América, interessados na imigração alemã (os Estados Unidos, o Chile ou o Brasil) e ali fundar um estabelecimento agrícola, com colonos seus patricios e, ao mesmo tempo, dar vazão ao seu gosto pelo estudo da natureza, da botânica, principalmente.

As informações sobre o Brasil, transmitidas por Sturtz a Blumenau, foram, de tal maneira cercadas de vivacidade e calor que, ao regressar ele a Erfurt, estava no propósito firmado de emigrar para o nosso país.

Mas, — vimos — Blumenau não havia ainda completado o ciclo de sua formação acadêmica. Assim, de volta de Londres, matriculou-se no Curso de Química da Faculdade de Filosofia da Universidade de Erlangen.

Ano e meio depois, em 1846, estava colando grau de doutor em filosofia, defendendo tese sobre alcalóides.

Erlangen era a cidade natal do sábio Von Martius e foi ali que Blumenau travou relações com o grande naturalista. A troca de idéias e as informações sobre o Brasil (Von Martius estava em condições de dá-las, em virtude das suas viagens pelo nosso país e dos trabalhos e estudos aqui realizados) ainda mais incentivaram Blumenau na concretização dos seus planos.

Igualmente em Erlangen, Blumenau concluiu uma obra depois publicada pelo eminente geógrafo J. E. Wappäus, com prefácio, comentários e anotações deste, intitulada: "Emigração e Colonização Alemãs".

Por intermédio de outro sábio, que também estivera no Brasil, o barão Alexandre von Humboldt, Blumenau entrou em contato com a "Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil", fundada, havia pouco, a qual o nomeou seu procurador e encarregado de estudar as condições de vida dos colonos já no grande país sulamericano e as possibilidades de instalação de novas colônias de alemães no Brasil meridional.

A única coisa — parece-nos — que ainda prendia Blumenau à Alemanha, era o término do seu curso de filosofia, pois, apenas decorridos sete dias da sua formatura, embarcou a 30 de março de 1846, para o Brasil, no veleiro "Johannes".

A viagem de Hamburgo ao porto do Rio Grande do Sul durou cerca de três meses. Após demorar-se alguns dias no sul, Blumenau dirigiu-se à capital da Província de Santa Catarina e, dali, ao Rio de Janeiro, onde apresentou as cartas de recomendação endereçadas a várias autoridades do Império.

Permaneceu na Corte, desde agosto de 1846 até abril do ano seguinte, quando voltou a Santa Catarina, para conhecer, de perto, a situação dos imigrantes alemães ali situados, indo também ao Rio Grande do Sul para o mesmo fim, indagando, ainda, das possibilidades de instalação de novos núcleos coloniais.

Durante os oito meses de estada no Rio de Janeiro, Blumenau dirigiu às autoridades competentes memoriais e propostas de colonização, tendo oportunidade de interferir, com o firme apoio do nuncio apostólico, Dom Badini, para que as autoridades da Corte encaminhassem, para as Colônias Piedade e Santa Isabel, uma centena de imigrantes da Renânia vivendo, no Rio, em aflitiva situação, sem recurso algum, aportados ao Brasil, seduzidos por promessas, não cumpridas, de uma firma comissária.

No Rio Grande do Sul, visitou São Leopoldo e outras colônias alemãs e, em Desterro, trocou idéias com o presidente Ferreira de Brito sobre assuntos de colonização e, a conselho deste, e por informações recebidas de muitos colonos, resolveu conhecer as terras do Vale do Itajaí, apontadas como as mais férteis e ricas da Província. Fez a viagem a pé, do Desterro à Freguesia do SS. Sacramento do Itajaí, aonde chegou doente. Isso forçou o seu regresso ao Desterro, por via marítima.

Depois de retornar ao Rio Grande, onde procedeu a novas observações, voltou ao Rio de Janeiro, já decidido a explorar o Itajaí-Açu e tentar a colonização das terras regadas pelo grande rio.

Associou-se a um comerciante, de nome Fernando Hackradt e, com este, rumou para Itajaí, onde Agostinho Alves Ramos lhes proporcionou embarcações, viveres e um guia para a exploração. Isso foi em princípios de janeiro de 1848.

Subiram os dois amigos o grande curso d'água, passando pelos múltiplos estabelecimentos já existentes às suas margens, como a Fazenda Flôres, a Colônia Belga, Pocinho e Belchior e de vários colonos alemães que, deixando, por volta de 1836, a Colônia São Pedro de Alcântara, se haviam fixado ali, como os Zimmermann, os Schramm, os Deschamps, Peter Wagner, Peter Lukas e outros.

Estes dois últimos colonos tinham casa, grandes culturas e engenhos de açúcar no local "Capim Volta", o conhecido bairro de Blumenau.

Pouco acima, distante um do outro menos de dois quilômetros, desaguam no Itajaí, na margem direita, os ribeiros do Garcia e da Velha.

A foz deste último, os dois exploradores concordaram em acampar. E, enquanto o guia, Ângelo Dias, caboclo forte e prudente e que lhes fora recomendado como de inteira confiança, se embrenhava pela mata em busca de caça, Hackradt e Blumenau exploravam as imediações.

Prosseguindo rio acima, foram até o Salto. Ali separaram-se. Blumenau, guiado por Ângelo Dias, continuava a exploração para o oeste, até Subida, entrando, antes, pelo curso do Benedito até a desembocadura do seu principal afluente o Rio dos Cedros, enquanto Hackradt explorava o Rio do Teste, o da Itoupava e outros ribeiros próximos.

Florestas tão majestosas e ricas de caça e madeira de lei, terras tão férteis e de fácil amanho, natureza tão imponente, perlustradas pelos dois alemães não poderiam deixar

de empolgá-los, de deslumbrá-los. E, ali mesmo, assentaram estabelecer a colônia planejada.

Acontece que, até a foz do Velha, o Itajaí é francamente navegável, mesmo por embarcações de calado médio. Daí para cima, os escolhos, saltos e corredeiras impedem, praticamente, a navegação. Era a única via de comunicação com que, então, Blumenau poderia contar para manter contatos com a capital da Província e com os demais portos do Império.

Assim, ficou assentado fossem as imediações da confluência do Velha a sede provisória do projetado estabelecimento. Combinaram os dois amigos que Hackradt ficaria no local, preparando rancios, montando um engenho-de-serrar, fazendo derrubadas e plantações, auxiliado por alguns negros e colonos de São Pedro, enquanto Blumenau atuaria junto às autoridades administrativas, no sentido de obter a concessão das terras e assentar as bases de acordos para o aliciamento e transporte de emigrantes, medições de terras, etc.

Os dados biográficos do Doutor Blumenau, a partir daí, se confundem com a história da fundação e do desenvolvimento da magnífica empresa que emana a civilização da Baía do Itajaí e da cidade e município herdeiros do nome do seu fundador.

Destarte, para evitar retornos inúteis e repetições desnecessárias e, quiçá maçantes, vamos acompanhar a vida do doutor Blumenau através de sua atuação à frente da Colônia, que lhe consagrou o nome para a posteridade e o tornou merecedor da veneração e do reconhecimento de todos os brasileiros.

IV

CS ANTECEDENTES DA FUNDAÇÃO

Temos, no arquivo municipal, cópias autenticadas do requerimento que, logo após o seu regresso a Desterro, de volta da exploração do Itajaí, o Dr. Blumenau dirigiu à Assembléa Provincial, com uma interessante proposta de colonização das terras por ele recém-visitadas. Esse requerimento, datado de 26 de março de 1848, foi elaborado após entendimentos com o Presidente da Província, Marechal Antero, e com alguns dos deputados mais interessados no problema. É um documento longo, em que o Dr. Blumenau, como pro-

curador da Sociedade, pedia a concessão, para a mesma, de duas datas de terras, cada uma com 5 ou 6 léguas em quadro, às margens do Itajaí, e propunha normas e condições para a colonização das mesmas por imigrantes alemães.

Essa modelar e longa proposta de colonização reveste-se de suma importância para os estudiosos da história de Blumenau, porque revela aspectos muito interessantes do caráter do proponente e das intenções leais e patrióticas que animavam, tanto a Sociedade Protetora dos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil, como o seu representante.

Nessa proposta, o Dr. Blumenau ditava as condições em que a sociedade se obrigava a trazer agricultores alemães para localizá-los nas terras solicitadas, definindo as obrigações tanto de uma como de outra parte.

O Marechal Antero recebeu bem a proposta e, em ofício com antecipada opinião favorável, encaminhou-a à Assembléa Legislativa, onde, sem maiores dificuldades, foi aprovada e devolvida ao executivo, acompanhada de projeto de lei, para sanção.

Tal projeto constava de nove artigos. O primeiro concedia à "Companhia Protetora dos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil", organizada na cidade de Hamburgo e representada pelo Dr. Hermann Blumenau, duas sortes de terras, equivalendo cada uma à extensão de 5 ou 6 léguas, permitindo, no artigo 2.º, pudesse a Companhia escolher as sortes concedidas entre as devolutas, podendo dividi-las entre os colonos, como melhor lhe conviesse. No artigo 5.º, ficava "proibida a entrada de escravos, não só nas terras concedidas à Companhia, como naquelas que, tanto ela, como os colonos, houverem por outro qualquer título, para o fim de se empregarem em serviço, seja qual for a sua natureza".

Haviam, entretanto, surgido fortes correntes contraditórias à transformação do projeto de lei e o Presidente Antero não quis referendá-lo sem que a Assembléa voltasse a examinar a proposta do Dr. Blumenau e esclarecesse pontos aparentemente obscuros e contraditórios, embora ressaltasse as grandes vantagens advindas do projeto ao progresso da Província. Esta contava com uma população de cerca de 80.000 almas, na Ilha e numa estreita faixa do litoral, bem como num pequeno trecho do planalto, das quais 14.000 eram escravos.

Foi constituída, na Assembléa, uma comissão especial, que, concordando com o modo de ver do Presidente, apresentou um substitutivo ao projeto. Entretanto, também esse substitutivo não logrou passar em segunda votação. Por es-

sa razão, o Secretário da Assembléa, com a aprovação desta, encaminhou ao Presidente Antero um officio comunicando "que a Assembléa Legislativa rejeitou o projeto de lei sobre a colonização proposta pelo Dr. Blumenau, como representante da Companhia Protetora dos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil, estabelecida na cidade de Hamburgo, e julgado a mesma Assembléa que V. Excia. pelas disposições dos decretos provinciais n.º 49, de 15 de janeiro de 1836 e n.º 79, de 2 de maio de 1839, está autorizado a entrar em contacto com qualquer particular, ou companhia que empreenda a colonização da Provincia, espera que V. Excia. o fará com o sobredito Blumenau..."

Isso foi duro golpe nas aspirações e projetos do Dr. Blumenau que viu, também, aumentadas as suas atribuições com a dissolução, em Hamburgo, da Sociedade Protetora.

Mas, firmemente decidido a levar por diante os planos de colonização das terras do Itajaí, o Dr. Blumenau organizou uma sociedade particular com seu amigo Fernando Hackradt, sob a razão social de Blumenau & Hackradt.

O Presidente da Provincia concedeu a essa firma, por compra, nas imediações do Ribeirão Garcia, uma gleba de terras, à qual vieram incorporar-se outras, adquiridas de particulares, formando tudo um complexo de cerca de 150.000 jeiras. Essa firma operaria como empresa particular de agricultura e indústria.

E, como já vimos, enquanto Hackradt ficava no local, construindo ranchos e fazendo plantações, preparando o necessário à acomodação dos primeiros colonos, o Dr. Blumenau partia para a Alemanha, após curta permanência no Rio de Janeiro. Nesta cidade, voltou à carga com os seus planos junto ao governo Imperial, a quem dirigiu longo memorial, encarecendo os benefícios que adviriam ao Brasil de uma colonização bem organizada, e propondo-se a atrair para o Sul grande número de compatriotas seus, se lhe fossem concedidas pelo governo brasileiro certas facilidades e compensações, inclusive um empréstimo de 50 contos de réis.

Na Alemanha, Blumenau desenvolveu intensa atividade, não apenas aliciando gente para o estabelecimento mas agindo, com insistência, junto às autoridades no sentido de captar as simpatias e a benevolência das mesmas para a emigração de alemães para o Brasil, que seria fortes restrições, além da campanha de descrédito movida por agentes de outros países interessados em receber colonos da Alemanha.

Áfora os insucessos decorrentes dessas circunstâncias, outro fato veio agravar-lhe as preocupações. Foi a fundação,

em Hamburgo, da "Kolonisations-Verein von 1849", sob a presidência do senador Cristiano Matias Schroeder, a qual, contava com o amparo do governo brasileiro e que recebera, por doação, 12.800 hectares de terra do dote da princesa Dona Francisca, irmã de Dom Pedro II e esposa do Principe de Joinville. Essas terras ficavam próximas às obtidas pelo Dr. Blumenau e, certamente, o estabelecimento que a Companhia nelas iria fundar, concorreria, seriamente, com o do Dr. Blumenau que, até então, não tinha do governo outro apoio que o da boa vontade no acolhimento aos seus planos e aos seus projetos.

Muitos colonos comprometidos a vir para o estabelecimento nas margens do Itajaí, foram desviados para o Chile e outros países da América, por agentes inescrupulosos, sob o engodo de mais vantajosas e, não raro, fantásticas propostas.

Assim, depois de um trabalho insano e de propaganda ativa pela imprensa, Blumenau conseguiu um pequeno grupo de pessoas, dispostas a emigrar para o Brasil. O embarque se deu em junho de 1850 com destino a Santa Catarina e ao Itajaí, tendo como guia um sobrinho do próprio Dr. Blumenau.

Tomadas as providências necessárias, o Dr. Blumenau partiu, em março, de volta para o Brasil, não antes de deixar, ainda na véspera, escrita uma introdução ao livro a ser, pouco depois, publicado em Rudolstadt. Nesse livrinho, de mais de cem páginas, o Dr. Blumenau analisa, com muito critério, a situação do problema emigratório e as vantagens da emigração para Santa Catarina, sem, contudo, esconder as dificuldades e privações que aguardariam os imigrados, nos primeiros tempos, num país ainda novo, em luta com uma série de problemas administrativos.

Apesar das muitas contrariedades a superar, nessa sua estada na terra natal, deduz-se de suas cartas que regressava satisfeito, tanto mais quando acalentava esperanças de que uma senhorita, que ele conhecera na ocasião, e a quem propusera casamento, prometera mandar-lhe a decisão por carta.

Voltava para explorar, pela firma de que era sócio, as terras adquiridas como fazenda particular, com os colonos que engajara como simples agregados.

Entretanto, não era aquilo o que sempre sonhara. Vinha, porém, confiante em que o Governo Imperial modificaria a atitude até então mantida, de simples boa vontade, de uma cooperação platônica, que de pouco lhe tinha servido.

Depois de 84 dias de viagem, chegou ao Rio de Janeiro. Fora uma viagem muito acidentada, tendo o veleiro ficado detido por quatro semanas na zona das calmarias, esgotando-se a provisão de água potável, o que ocasionou a perda de mudas de árvores frutíferas e da maior parte das 250 mudas de roseiras trazidas por Blumenau. O barco, devido às tempestades enfrentadas, chegou ao porto do Rio de Janeiro com um dos mastros quebrados.

Todas essas tribulações lhe pareceram mau prenúncio e, com o coração angustiado, se dirigiu à firma Schroeder & Cia., onde o aguardavam cartas com notícias bem funestas.

Seu pai falecera duas semanas após o seu embarque. A moça, com quem pretendia casar-se, mandava-lhe resposta negativa; temia vir para um país desconhecido, cheio de mistérios e de perigos.

E, por cima de tudo isso, o sócio Fernando Hackradt mandava dizer-lhe, em carta, querer deixar a sociedade e que, scmente com bem maiores capitais poderia Blumenau levar avante a sua empresa, pois, além do mais, o engenho construído na barra do Velha, estava ameaçado de ser carregado pelas enchentes, e as tábuas serradas alcançavam preço tão baixo que não valia a pena prepará-las.

Blumenau estava desesperado.

Fez nova tentativa junto ao governo Imperial, no intuito de obter um empréstimo. Não logrou, porém, senão promessas. Felizmente, um amigo o ajudou com a importância necessitada urgentemente, podendo ele, assim, retomar a viagem para o sul. Embarcou a bagagem, as poucas plantas salvas, num veleiro. Entrementes, forte temporal retardou a saída do barco, tendo seu comandante aconselhado ao Dr. Blumenau permancesse em terra, prometendo mandar chamá-lo, tão logo o tempo melhorasse. Mas não o fez. E quando, estranhando a demora, Blumenau se dirigiu ao embarcadouro, o navio tinha levantado ferros e já ia barra afóra. Tentou ainda alcançá-lo num bote, mas em vão. Somente dias depois, embarcou num vapor e, quando chegou a Desterro, encontrou a sua bagagem e as plantas jogadas em um terreiro, expostas às intempéries. As plantas, irremediavelmente perdidas.

Mas, coisas piores o aguardavam na barra do Velha, onde ficara o sócio.

Em carta posteriormente escrita a um amigo, narra ele toda a amargura decorrente do estado verdadeiramente miserável em que encontrou o estabelecimento.

“No local, onde havia empregado o melhor de seis mil

thalers”, diz a carta, “encontrei, apenas, algumas choupanas mal feitas que não valiam 300 thalers; um negro paraltico e uma preta velha; um engenho de serra que, com a menor enchente, já não trabalhava mais. Nada de plantações, a não ser um pasto miserável no qual estavam uns oito ou dez bois carreiros. Não havia nada preparado para receber e abrigar os colonos que já estavam em viagem”.

Assim, nesse estado de alma, nessa situação de verdadeiro desespero, viu o Dr. Blumenau aportar à barra do Velha, o sobrinho Reinoldo Gärtner, acompanhado dos primeiros 16 imigrantes para a sua Colônia”

V

OS PRIMEIROS COLONOS ATRIBUIÇÕES DO FUNDADOR

Poucos dias depois do Dr. Blumenau, chegavam à barra do Ribeirão da Velha os imigrantes com os quais se deu começo ao estabelecimento. Havia feito a travessia do Atlântico, a bordo do veleiro “Christian Mathias Schroeder”, que aportara em “Desterro” depois de 72 dias de viagem.

Esses imigrantes foram:

REINOLDO GÄRTNER, com 26 anos de idade, solteiro, natural de Brunsvique, sobrinho, pelo lado materno, do Dr. Blumenau;

FRANCISCO SALLENTHIEN, com 24 anos, solteiro, lavrador, também natural de Brunsvique;

PAULO KELLNER, 23 anos, solteiro, lavrador, igualmente de Brunsvique;

JÚLIO RITSCHER, 22 anos, solteiro, agrimensor, natural de Hannover;

GUILHERME FRIEDENREICH, com 27 anos de idade, alveitar, natural da Prússia, casado com

MINNA FRIEDENREICH, 24 anos de idade, possuindo o casal os seguintes filhos:

CLARA, com 2 anos de idade;

ALMA, com 9 meses;

DANIEL PFAFFENDORFF, 26 anos de idade, solteiro, carpinteiro, natural da Saxônia;

FREDERICO GEIER, 27 anos de idade, solteiro, marceneiro, natural de Holstein;

FREDERICO RIEMER, 46 anos de idade, solteiro, charuteiro, natural da Prússia;

ERICH HOFFMANN, 22 anos de idade, ferreiro, funileiro, também da Prússia;

ANDRÉ KOLMANN, 52 anos de idade, ferreiro, igualmente da Prússia, acompanhado da esposa

JOANNA KOHLMANN, 44 anos de idade, e das filhas:

MARIA, 20 anos de idade, solteira;

CRISTINA, 17 anos, também solteira; e finalmente,

ANDRÉ BOETSCHER, com 22 anos de idade, solteiro, ferreiro, natural da Prússia.

Todos esses imigrantes eram protestantes luteranos e bem se pode imaginar como passaram os primeiros meses na colônia. Tudo estava, praticamente, por fazer e os recursos disponíveis eram dos mais precários.

Acostumados a uma vida mais ou menos cômoda, entre parentes e conhecidos que, mutuamente, se ajudavam, viam-se, agora, em meio a uma natureza rodeada de surpresas e perigos, quase insulados do resto do mundo, ignorantes da língua e dos costumes do povo com quem iriam conviver.

Estimulados contudo, pelo exemplo de Blumenau e pela confiança que o mesmo manifestava no futuro do empreendimento, atiraram-se ao trabalho. Ergueram novos ranchos, fizeram derrubadas e plantações e procuraram, por todos os meios, aliviar o fundador, das preocupações de que se via sobrecarregado.

Alguns anos antes da chegada desses imigrantes, diversas famílias de alemães aportadas em Santa Catarina, em 1829, tendo fundado a Colônia de São Pedro de Alcântara, próxima à capital da Província, fixaram-se pelas margens do Itajaí-Açu.

Algumas dessas famílias habitavam os arraiais de Pocinho e Belchior, este distante uns quatro quilômetros do estabelecimento do Dr. Blumenau, rio abaixo.

Colonos já acostumados aos hábitos da terra e conhecedores dos sistemas e épocas de plantações, dos métodos adotados pelos nativos, nas diferentes lides de reça, foram de grande valia, tanto ao Dr. Blumenau como aos recém-chegados. E, o que era, talvez, mais importante, serviam-lhes de estímulo e de coragem para enfrentarem o futuro que se lhes deparava pouco lisonjeiro.

Donos já de propriedades em franca produção, com hortas, pomares, vacas, porcos e galinhas, serviam da melhor e mais convincente demonstração de que os sacrifícios e trabalhos iniciais, com persistência e disposição, se transformariam breve em vida de relativa abundância, livre, alegre e feliz.

E de justiça se registrem, aqui, alguns nomes de ex-colo-

nos de São Pedro de Alcântara e de outros recantos do litoral, que muito auxiliaram, tanto a Hackradt, como ao Dr. Blumenau e aos seus primeiros imigrantes, no lançamento das bases do estabelecimento colonial da Barra do Velha. Destacaram-se, dentre eles, Jorge Schmidt e Luís Werner como roceiros; José Haendschen e o belga Jacob Villain, como ferreiros; Jorge e Luís Wagner, Antônio Haendschen, José Sesterhainn, Pedro Lucas, Niclau Deschamps, Joaquim Antônio de Amorim, Jacinto Miranda, Marcelino Dias, Valentin Theiss e outros, como operários de vários serviços.

Mas, nem todos os 17 primeiros imigrantes tiveram ânimo bastante para permanecer ao lado do Dr. Blumenau. Na realidade, só a família de Guilherme Fridenreich e o charuteiro Frederico Riemer radicaram-se definitivamente na Colônia, tendo auxiliado muito o fundador nos seus trabalhos e nas suas constantes atribulações e ficado ao lado dele, até mesmo depois da emancipação da Colônia, e da sua elevação à categoria de município.

Sucessivamente, foram deixando o nascente estabelecimento, o agrimensor Júlio Ritscher, que foi viver da profissão no Rio de Janeiro; Francisco Sallentien e Paulo Kellner, também transferidos, o primeiro para a Barra do Itajaí-Mirim, e o segundo, com uma serraria, pouco acima; o marceneiro Frederico Geier e o funileiro Erich Hoffmann também se mudaram para o Rio de Janeiro, onde foram viver dos seus respectivos ofícios; os ferreiros André Kohlmann, com a família, e André Boetscher, passaram a residir no arraial de Pocinho, onde encontraram colonos alemães de São Pedro; Daniel Pfaffendorff, já em fevereiro de 1851, tendo-se retirado da Colônia, por desavenças com o administrador, a ela voltou para morrer afogado no rio Itajaí-Açu, no ano seguinte; por fim, também Reinoldo Gärtner, que depois de ter estado anos seguidos, a ajudar o tio, servindo de administrador do estabelecimento, e de ter, por certo tempo, tentado a colonização às margens do Itajaí-Mirim, regressou à terra natal, onde faleceu, anos depois.

Os infortúnios que assombraram a vida do Dr. Blumenau multiplicaram-se com a chegada dos primeiros imigrantes. Atender-lhes as precisões mais urgentes, ouvir as queixas e reclamações de alguns, que se sentiam desiludidos, de outros torturados pelas saudades da terra natal, pensar na maneira de conseguir fundos para levar de vencida a sua meta, eram assuntos que o não deixaram um só momento.

Responsável pela existência dos seus colonos, o Dr. Blumenau obrigara-se a facilitar-lhes a manutenção, até que pu-

dessem produzir o indispensável. Teve, assim, de organizar um pequeno armazém de gêneros de primeira necessidade, depois fornecidos, a prazo de longos meses, aos seus agregados. Isto, naturalmente, aumentou, de muito, os encargos da empresa.

Reinoldo Gärtner, braço direito do fundador, cuidando também desse particular, registrou, no "Diário" da Colônia, certos pormenores que nos dão uma idéia, mais ou menos exata, da vida dos colonos, naqueles primórdios. Vejamos, a título de curiosidade, alguns desses assentamentos.

Quarta-feira — 1.º de janeiro, 1851 — Dia de Festa. Não se trabalhou. Chuva. Venda a Schramm, a prazo, 1 caixa com 100 espoletas.

Quinta-feira — 2 de janeiro, 1851 — Tempo bom. 3 homens, durante meio dia, para transportarem, rio acima. 4 barricas de carne-seca, 1 rolo de fumo, 10 boias de sebo, 1 caixa com diversos, 4 e meio sacos de farinha do Wagner (de quem já recebemos 11 sacos). 4 homens durante meio dia fazendo derrubada de roças. Medidas 50 braças de roça de José de Oliveira, defronte do Wagner e pago a ele o restante.

Sábado, 4 de janeiro — 5 homens e o negro derrubando roça; à tarde foram feitas algumas esteiras. De manhã, bom tempo. À tarde, chuvoso.

Domingo, 5 de janeiro — Não se trabalhou. Nicolau Deschamps matou 4 macucos. À tarde, tempo chuvoso.

Quarta-feira, 22 de julho — Pedro Lucas e Reinoldo Gärtner foram de canoa a Belchior e regressaram à noite. 3 homens concertaram e carregaram a balsa e, depois, todo o dia trabalharam no rancho do açúcar.

Quinta-feira, 24 de julho — Hoje, Sallentien trouxe dois bois. Trabalho no rancho do açúcar. Haerberle recebeu 74\$000, dos quais 26\$000 para 10 arrobas de carne-seca que Wendhausen arrumou.¹

Sexta-feira, 22 de agosto — Pedro Wagner forneceu 3 barris de melado a 65 réis a medida.

Quarta-feira, 27 de agosto — 3 homens e Sabino plantaram, durante todo o dia, batata e milho. Hoje chegou o barco com a carga e passageiros, em Belchior.

Quinta-feira, 11 de setembro — Hoje, à noite, veio notícia de que os bugres haviam aparecido na propriedade de Francisco de Oliveira. Pfaffendorff e Peter foram também

¹ — Haerberle e Wendhausen eram comerciantes em Desterro e fornecedores de gêneros à Colônia. O primeiro socorreu Blumenau com empréstimos de dinheiro.

em perseguição. (Os mesmos voltaram dias depois, sem que tivessem visto bugre algum)."

E, assim por diante, o Diário da Colônia, fora escrito diariamente, durante anos, e conservado no Arquivo Municipal até o desastroso incêndio de 1958, que o destruiu.

Nesse mesmo ano de 1851, nasceu a primeira blumenauense, a menina Ida, filha do casal Friedenreich, com cujo assentamento foi aberto o livro de registro de nascimentos, casamentos e óbitos, mantido e escriturado pelo Dr. Blumenau, até a criação do Distrito de Paz.

Não foram muito satisfatórios os resultados colhidos pelo Dr. Blumenau com a publicação do seu livro e com as diligências que, por intermédio de seus agentes e amigos, fizera junto às autoridades alemãs e a particulares, no sentido de atrair colonos para o estabelecimento.

Em 1851, apenas 8 novos imigrantes, todos solteiros, entraram na Colônia, quatro dos quais a deixaram pouco depois, e dois pereceram afogados. Os remanescentes foram Frederico Toepel e o torneiro Júlio Paupitz, este de destacada atuação no desenvolvimento da empresa.

Assim, depois do seu regresso da Corte, o Dr. Blumenau, mal resolveu alguns problemas mais urgentes, como dissolver a sociedade com Hackradt, de pagar-lhe a parte, ficando como único proprietário do estabelecimento, e dar, para tanto, as necessárias providências, tratou de voltar ao Rio de Janeiro, de onde esperava viesse auxílio do governo para, pelo menos, aliviá-lo da tremenda carga.

Antes disso, redigiu um requerimento ao Governo Imperial dando conta do muito já feito para organizar uma empresa colonizadora, com imigrantes alemães, e das dificuldades financeiras suas, por força de vários insucessos e imprevistos incontornáveis. Solicitava, por fim, entre outros auxílios, um adiantamento, em forma de empréstimo em dinheiro. Essa petição, datada de 10 de dezembro de 1850, foi entregue, pelo Dr. Blumenau, em Desterro, ao Presidente João José Coutinho, que, a 24 do mesmo mês, a informou, favoravelmente, embora com bem pouco entusiasmo.

Como veremos mais adiante, esse presidente não tinha bons olhos para o trabalho do Dr. Blumenau, guardando, a respeito do mesmo, muitas reservas transformadas, às vezes, em indisfarçável má vontade.

Ao requerimento, o Dr. Blumenau juntou uma "proposta de colonização" reiterando os seus pontos-de-vista sobre a imigração alemã para o Brasil, sugeria providências e ex-

punha planos para uma colonização, em grande escala, das terras do Itajai.

As dificuldades, entretanto, que se lhe depararam foram inúmeras. Na Corte, fervilhavam, então, os interessados em colonização de terras e no aliciamento de emigrantes da Europa, criando junto às autoridades, uns aos outros, todas as dificuldades possíveis.

Mas, afinal, Blumenau não saiu de mãos vazias. O Imperador, depois de ouvi-lo, interferiu para que lhe fosse concedido um empréstimo de dez contos de réis pelo governo, providência que veio sustar, pelo menos provisoriamente, a ruína completa do estabelecimento iniciado à Barra do Ribeirão da Velha.

Tendo adquirido mudas de árvores frutíferas, implementos para um engenho-de-açúcar, colmeias de abelhas, etc., despachados em um navio de vela, embarcou, em vapor, de volta ao Itajai.

As desgraças, no entanto, continuaram a pairar sobre as atividades do colonizador. Sob a alegação de que o veleiro traficava com escravos, um cruzador inglês o aprisionou, conduzindo-o, com toda a carga para Santa Helena.² O Dr. Blumenau, apesar dos recursos interpostos e provas apresentadas, perdeu tudo quanto havia comprado, com exceção de duas colmeias e uma caixa com mudas de plantas.

Além desses transtornos, que lhe causaram profundo desgosto, o Dr. Blumenau encontrou, na margem do Velha, novos motivos para aborrecimentos. O engenho-de-serrar fora destruído por uma enchente. Gado e plantações também haviam sido grandemente prejudicados pelas águas e, por cúmulo da infelicidade, ainda recebe notícias da terra natal, dando conta do falecimento da sua mãe, a quem nutria particular e profunda afeição.

VI

A COLÔNIA PARTICULAR

Já em princípios de 1852, começou o trabalho de medição e demarcação de lotes urbanos e rurais, às margens do Ribeirão Garcia, local destinado à sede da Colônia.

Friedenreich deu início à sua casa de tijolos, assobrada, (por muitos anos, o melhor edifício da povoação) onde tam-

² — Tratava-se do vaso da marinha britânica "Locust". Ver, a esse respeito, "Blumenau em Cadernos", n.ºs 4 e 5, do Tomo VIII.

bém foi levantado um grande barracão de madeira para hospedagem de imigrantes, até a sua transferência para os lotes que lhes seriam destinados.

Por esses tempos — rememoremos — foi igualmente fundada a Colônia Dona Francisca, no norte da Província, em terras do Príncipe de Joinville, e várias levas de imigrantes a ela destinados, foram embarcados em Hamburgo, juntamente com colonos destinados a Blumenau. Alguns destes, espontaneamente, ou por insinuação de terceiros, interromperam a viagem, instalando-se na primeira dessas colônias. Isso, como era natural a quem já vinha lutando com tantas dificuldades opostas ao povoamento de suas terras, não deixou de irritar a quem já vinha lutando com preocupações. Mas, criterioso e sensato, como sempre se mostrara, procurou obviar a mais esse contratempo, agindo junto aos responsáveis pela colonização de Dona Francisca.

Com esse objetivo e, igualmente, com o de asseinharem-se dos métodos ali postos em prática, e o de inteirarem-se do tratamento dado aos imigrantes e das condições de sua adaptação, o sobrinho do Dr. Blumenau, Reinoldo Gärtner, e os colonos Richard Maurer e Frederico Poepel seguiram, em fevereiro, até Dona Francisca, onde se demoraram quase um mês.

Uma semana antes, haviam perecido, afogados no Itajai, os colonos Pfaffendorff e Neubert.

Em junho, o Dr. Blumenau envia o seu segundo relatório aos governos do Império e da Província. O primeiro fora elaborado no princípio do ano. Infelizmente, não temos conhecimento do seu teor. Não o encontramos nos papéis que existiram no Arquivo Histórico do Município, nem nas repartições a que fora endereçado.

No segundo Relatório, o Dr. Blumenau começa por dizer que seu trabalho progredia com muita segurança, embora lentamente, pela falta de trabalhadores, afirmando haverem sido feitas grandes roçadas e diversas picadas, além do barracão para a recepção dos imigrantes, com capacidade para abrigar de 80 a 100 pessoas. Informava que, inclusive com a reserva de mantimentos necessários, o estabelecimento se achava apto a receber os colonos que estavam sendo esperados.

Pelos dados reunidos num terceiro relatório, sabemos terem chegado, no primeiro semestre de 1852, à Colônia, 5 novos imigrantes, e no segundo semestre, 99. Nem todos, porém, permaneceram no estabelecimento. Em fins desse ano, o número de habitantes da Colônia era de 102, a que se de-

ve acrescentar mais 2 já ali nascidos. Constituíam eles 24 casais e 15 fogos, dos quais um no lugar destinado à povoação, onde também um outro estava em construção, e os restantes na zona rural (margem direita do ribeirão Garcia).

Os colonos recém-chegados, abrigados no barracão, foram ocupados, provisoriamente, em serviços agrícolas, plantação de batatas e feijão, nos terrenos incluídos na área demarcada para a sede, não só para não ficarem ociosos, mas, especialmente, para irem habituando-se às novas condições de vida e de trabalho.

Entre esses habitantes, havia um médico, um professor formado, um jardineiro diplomado pelo Jardim Botânico da Universidade de Berlim, um alveitar, um ferreiro, um espingardeiro, um torneiro, dois alfaiates, dois sapateiros, um pedreiro-escultor, um cavouqueiro, três marceneiros, um construtor de engenho, um moleiro, dois carpinteiros, um tanoeiro. Os demais eram agricultores. Todos, porém, sem exceção, trabalhavam na lavoura; os artífices aproveitavam as horas vagas para se ocuparem dos seus ofícios.

O médico era o Dr. Fritz Müller. O jardineiro, seu irmão Augusto, e o professor, Fernando Ostermann. Guilherme Friedenreich era o alveitar, que também fazia as vezes de parteiro e vendeiro.

A 28 de agosto, foram distribuídos os primeiros lotes coloniais, medidos ao longo da margem direita do Garcia. Da cerimônia de entrega, lavrou-se um "auto de arrematação". A esse respeito, o Dr. Blumenau informa, em comunicação às autoridades: "Contratos ainda não fiz com os colonos; entreguei-lhes as terras, como propriedade sua, dentro da legislação em vigor, e pedi deles apenas a restituição das custas e dos diversos gastos com a medição das mesmas e outros preparativos, na quantia de 7\$500 por sorte. Os colonos ficam, porém, obrigados aos estatutos da Colônia, os quais hei de estabelecer em comum com os mesmos".

No quadro seguinte, damos os nomes dos colonos e a área dos respectivos lotes. Os de números 1 e 2, vendidos ao Dr. Fritz Müller e ao seu irmão, não constam do "auto de arrematação", porque eles não eram, propriamente, colonos aliçados pelo Dr. Blumenau ou seus agentes. Vieram, espontaneamente, fixar-se na Colônia. Por isso mesmo, pagaram preço quase dez vezes maior pelos seus lotes de terras.

Names dos Colonos	N.º do Lote	Hectares	Preço	Pessoas da Família
Dr. Fritz Müller	1	49,5	100\$000	3
Augusto Müller	2	48,5	100\$000	2
Augusto Hesse	5	36,0	11\$000	9
Frederico Seiffert	5	37,5	10\$500	4
Gaspar Huhn	7	36,0	10\$500	5
João Gebien	8	39,0	11\$000	3
Cristiano Josinger	3	36,0	10\$500	7
Euclio Ehrhardt	10	37,75	10\$500	3
Andreas Klinger	11	33,5	10\$500	5
Carlos Spiess	12	33,75	10\$500	4
Cristiano Hahnemann	13	33,25	10\$500	7
Euclio Leuthaeuser	14	33,00	10\$500	4
TOTAL	12	452,00	306\$000	56

Nesse mesmo ano, e com os colonos já citados, chegaram outros, que muito se destacaram em ajudar o fundador na obra civilizadora empreendida, como Luis Sachtleben, Cristiano Rüdiger e outros.

O fim do ano de 1852 foi chuvoso. Em outubro e novembro, grandes enchentes causaram muitos prejuízos às casas e plantações, provocando reclamações dos colonos, aos quais o Dr. Blumenau procurava incutir calma e remediar os estragos, como podia.

O Dr. Blumenau, com uma empregada, filha de Hermann Schramm, de nome Lisette, com o Professor Ostermann, com o sobrinho Gärtner, continuavam ocupando os ranchos à embocadura do Ribeirão da Velha, onde o fundador tinha terrenos de sua propriedade particular e que não faziam, propriamente, parte da área destinada à colonização, obtida por concessão do Governo Provincial. A região da Velha, bem como a de Ponta Aguda, havia sido adquirida de particulares. Na do Velha, ele tinha o seu jardim com roseiras e outras flores e plantas ornamentais, trazidas da Alemanha e do qual Ostermann passara a cuidar.

O diretor da Colônia Dona Francisca, G. W. Schroeder, em companhia de Oto Niemeyer, veio fazer uma visita ao Dr. Blumenau, subindo o rio de canoa e aqui permanecendo de 17 a 19 de outubro.

Pelo fim do ano, ou, mais precisamente, a 28 de dezembro, achando-se o Dr. Blumenau em Desterro, os búrges surgiram, de surpresa, diante dos ranchos da Barra do Velha.

Deixemos que narre o próprio Ostermann o episódio, em carta que se apressou em escrever ao fundador:

"Velha, 29 de dezembro de 1852. Prezado Senhor Doutor.

Um importante acontecimento obriga-me a escrever-lhe esta carta. Ontem à tarde, depois da hora do descanso e de haver tomado café, fui ao jardim plantar feijão, enquanto os meus companheiros Schramm e Toepfel se ocupavam em limpar as suas espingardas e em recarregá-las. Enquanto estavam nesse mister, ainda brincavam dizendo: "Se os bugres vierem nos atacar, estamos às ordens".

De repente, ouviram gritos vindos da roça de mandioca. Schramm foi ao dormitório, que ficava em cima, para ver o que se passava e viu três bugres no alto do rancho de secar tijolos e telhas. Tomou rapidamente da espingarda carregada e correu em direção aos bugres. Estes recuaram um pouco. Neste momento, aos chamados de Schramm, deixei o jardim e entrei em casa. Schramm procurou, então, falar aos bugres, por mímica, largando a espingarda no chão e mostrando-lhes um ramo verde como sinal de paz. Os três bugres conferenciaram entre si. O cacique, que se achava dentro da plantação e dali dirigia o assalto, ordenou-lhes e mais a outros que se achavam escondidos, que atacassem a casa e os moradores. Os bugres avançaram e Schramm levantou a arma do chão. Nesse interim, Toepfel havia carregado as restantes espingardas existentes. Eu e a criada Lisette, que estava muito assustada, apressamo-nos em ir de canoa, até a embocadura do "Garcia", para chamar os homens ali ocupados. No lugar "Velha" achavam-se, no momento do assalto, só quatro homens.

Embarcamos na canoa sete homens, entre os quais Fritz Deschamps e W. Friedenreich. Os restantes seguiram por terra até o "Velha". Quando chegamos perto do lugar do assalto, ouvimos alguns tiros. Schramm e Toepfel tinham recuado de propósito, até o sótão da casa nova, para animar os bugres a aproximarem-se. Existia pouca pólvora e chumbo e era preciso ganhar tempo até que chegassem os homens do "Garcia". Cinco bugres aproximaram-se apressadamente, da casa, entraram na sala, examinaram a mobília e começaram a carregar, com muita alegria, tudo quanto lhes parecia bom. Ressoou, neste momento, um tiro, partido do sótão da casa e um dos bugres foi ferido no ombro. O ferido e os decipitadamente, a casa, entrando na roça de mandioca. Enquanto fugiam, atiraram muitas flechas, visando aos atacantes das janelas da casa, felizmente sem ferir ninguém. Schramm e Toepfel atiraram também contra os fugiti-

vos, ferindo dois deles. Um caiu, mas, auxiliado por seus companheiros, pôde entrar na roça de mandioca e, dali, no mato.

Como já fosse noite fechada, deixamos de perseguir os bugres. Os homens que comigo vinham do Garcia, chegaram pouco depois da fuga dos bugres e pernотaram conosco no "Velha". Perto da casa e nas imediações da roça, encontramos quatro arcos e oito flechas. Ao romper do dia 29, principiamos, com a assistência de Schramm, a perseguir os bugres.

Entrando no mato, logo atrás da plantação de mandioca, achamos um bugre ferido, sem sentidos, em estado gravíssimo. Mandei, sem demora, chamar o senhor Friedenreich, para ver o moribundo. Antes porém de ele chegar, o bugre faleceu. Era uma figura alta, robusta. Tinha, aproximadamente 20 anos e, no lábio inferior, trazia um pedaço de madeira, característica da tribo dos botocudos. Transportamos o cadáver e demos-lhe sepultura. Avisei o comandante do destacamento dos soldados de Belchior para mandar percorrer os vales da "Velha" e do "Garcia".

Comunicando estes fatos, observo que aqui continuamos sempre com coragem e trabalhando para adiantar a colônia.

Esperando suas ordens o seu pronto regresso, subscrevo-me com toda estima (Ass.) F. Ostermann."

Em seu relatório concernente a esse ano, o Doutor Blumenau, narrando o acontecido, adiantava não ter tido o combate outras funestas consequências. "Os colonos, longe de se atemorizarem, mostraram a maior alegria sobre o resultado do mesmo e eu tenho a satisfação de ver que a distribuição das terras, como eu a efetuara, fora bem acertada — os bugres não apareceram nas mesmas, onde os moradores eram próximos uns dos outros".

Assim mesmo, e por medida de precaução, o Doutor Blumenau apressou-se em pedir ao Presidente da Província uma guarda de oito pedestres, estacionada em Belchior, o que lhe foi imediatamente concedido. Esses pedestres vieram sob as ordens do capitão José Henriques Flôres e, acrescidos de alguns colonos, tentaram perseguir os bugres pelo interior da floresta, não tendo encontrado mais que pousos de selvagens, abandonados. Os pedestres estacionaram na Colônia e, ao mesmo tempo que exerciam a vigilância, eram empregados na execução de obras de interesse público, como caminhos, ranchos, roças, etc.

O ato da entrega dos primeiros lotes, a 28 de agosto, fez com que o Dr. Blumenau passasse a considerar esse dia co-

"Velha, 29 de dezembro de 1852. Prezado Senhor Doutor.

Um importante acontecimento obriga-me a escrever-lhe esta carta. Ontem à tarde, depois da hora do descanso e de haver tomado café, fui ao jardim plantar feijão, enquanto os meus companheiros Schramm e Toepfel se ocupavam em limpar as suas espingardas e em recarregá-las. Enquanto estavam nesse mister, ainda brincavam dizendo: "Se os bugres vierem nos atacar, estamos às ordens".

De repente, ouviram gritos vindos da roça de mandioca. Schramm foi ao dormitório, que ficava em cima, para ver o que se passava e viu três bugres no alto do rancho de secar tijolos e telhas. Tomou rapidamente da espingarda carregada e correu em direção aos bugres. Estes recuaram um pouco. Neste momento, aos chamados de Schramm, deixei o jardim e entrei em casa. Schramm procurou, então, falar aos bugres, por mímica, largando a espingarda no chão e mostrando-lhes um ramo verde como sinal de paz. Os três bugres conferenciaram entre si. O cacique, que se achava dentro da plantação e dali dirigia o assalto, ordenou-lhes e mais a outros que se achavam escondidos, que atacassem a casa e os moradores. Os bugres avançaram e Schramm levantou a arma do chão. Nesse interim, Toepfel havia carregado as restantes espingardas existentes. Eu e a criada Lisette, que estava muito assustada, apressamo-nos em ir de canoa, até a embocadura do "Garcia", para chamar os homens ali ocupados. No lugar "Velha" achavam-se, no momento do assalto, só quatro homens.

Embarcamos na canoa sete homens, entre os quais Fritz Deschamps e W. Friedenreich. Os restantes seguiram por terra até o "Velha". Quando chegamos perto do lugar do assalto, ouvimos alguns tiros. Schramm e Toepfel tinham recuado de propósito, até o sótão da casa nova, para animar os bugres a aproximarem-se. Existia pouca pólvora e chumbo e era preciso ganhar tempo até que chegassem os homens do "Garcia". Cinco bugres aproximaram-se apressadamente, da casa, entraram na sala, examinaram a mobília e começaram a carregar, com muita alegria, tudo quanto lhes parecia bom. Ressoou, neste momento, um tiro, partido do sótão da casa e um dos bugres foi ferido no ombro. O ferido e os decipitadamente, com gritos e lamentos, abandonaram, precipitando-se, a casa, entrando na roça de mandioca. Enquanto fugiam, atiraram muitas flechas, visando aos atacantes das janelas da casa, felizmente sem ferir ninguém. Schramm e Toepfel atiraram também contra os fugiti-

vos, ferindo dois deles. Um caiu, mas, auxiliado por seus companheiros, pôde entrar na roça de mandioca e, dali, no mato.

Como já fosse noite fechada, deixamos de perseguir os bugres. Os homens que comigo vinham do Garcia, chegaram pouco depois da fuga dos bugres e pernçitaram conosco no "Velha". Perto da casa e nas imediações da roça, encontramos quatro arcos e oito flechas. Ao romper do dia 29, principiámos, com a assistência de Schramm, a perseguir os bugres.

Entrando no mato, logo atrás da plantação de mandioca, achamos um bugre ferido, sem sentidos, em estado gravíssimo. Mandei, sem demora, chamar o senhor Friedenreich, para ver o moribundo. Antes porém de ele chegar, o bugre faleceu. Era uma figura alta, robusta. Tinha, aproximadamente 20 anos e, no lábio inferior, trazia um pedaço de madeira, característica da tribo dos botocudos. Transportamos o cadáver e demos-lhe sepultura. Avisei o comandante do destacamento dos soldados de Belchior para mandar percorrer os vales da "Velha" e do "Garcia".

Comunicando estes fatos, observo que aqui continuamos sempre com coragem e trabalhando para adiantar a colônia.

Esperando suas ordens o seu pronto regresso, subscrevo-me com toda estima (Ass.) F. Ostermann."

Em seu relatório concernente a esse ano, o Doutor Blumenau, narrando o acontecido, adiantava não ter tido o combate outras funestas conseqüências. "Os colonos, longe de se atemorizarem, mostraram a maior alegria sobre o resultado do mesmo e eu tenho a satisfação de ver que a distribuição das terras, como eu a efetuara, fora bem acertada — os bugres não apareceram nas mesmas, onde os moradores eram próximos uns dos outros".

Assim mesmo, e por medida de precaução, o Doutor Blumenau apressou-se em pedir ao Presidente da Província uma guarda de oito pedestres, estacionada em Belchior, o que lhe foi imediatamente concedido. Esses pedestres vieram sob as ordens do capitão José Henriques Flôres e, acrescidos de alguns colonos, tentaram perseguir os bugres pelo interior da floresta, não tendo encontrado mais que posos de selvagens, abandonados. Os pedestres estacionaram na Colônia e, ao mesmo tempo que exerciam a vigilância, eram empregados na execução de obras de interesse público, como caminhos, ranchos, roças, etc.

O ato da entrega dos primeiros lotes, a 28 de agosto, fez com que o Dr. Blumenau passasse a considerar esse dia co-

mo o do início do seu estabelecimento. Entretanto, muito mais tarde, quando já fora instalado o Município, a Câmara Municipal, depois de acurado estudo do assunto, resolveu fixar a data de 2 de setembro de 1850 — a da chegada dos primeiros 17 imigrantes — como a da fundação da Colônia e da cidade.

Regressando, em começos do ano seguinte, da capital da Província, onde debatera, com as autoridades, assuntos relacionados com o seu estabelecimento e pleiteara favores e auxílios, o Doutor Blumenau sentira-se bastante animado, isso porque havia conseguido alguns recursos pecuniários para melhorar o estado do caminho entre a Vila de Itajai e a sede da Colônia. Tal caminho acompanhava, em sua quase total extensão, a margem direita do Itajai, e não passava de uma pobre picada aberta na espessa e soberba floresta ribeirinha, erigida de escolhos por toda parte e pela qual o viajante tinha que atravessar pântanos e riachos, arriscando até mesmo a vida.

E, embora houvesse o rio, como estrada franca, relativamente segura e fácil, para a Colônia, esta, para abastecer-se de gado, necessitava da via terrestre. As embarcações, que então sulcavam as águas do Itajai, eram pequenos botes, lanchões e canoas que dificilmente, transporreriam animais de tração ou de corte necessários ao estabelecimento e vinham do Rio Grande e dos Campos de Lages, pelas estradas do litoral.

Conseguiu, igualmente, o fundador alguns recursos para iniciar a construção de um barracão para hospedagem de imigrantes, na foz do Itajai-Mirim. A este local, conhecido ainda hoje como Barra-do-Rio, no perímetro urbano da cidade de Itajai, aportavam os grandes veleiros transatlânticos que transportavam imigrantes e carga para a Colônia Blumenau. Ali o Dr. Blumenau adquirira de Agostinho Alves Ramos, aqui já várias vezes citado, um terreno que, hoje, é propriedade da Fábrica de Papel.

Ora, como a viagem de Itajai a Blumenau, pelo rio, era muito demorada, durando, geralmente, dois dias e, via de regra, os imigrantes desembarcavam extenuados, depois de meses de penosa travessia do Atlântico, e ansiassem por um descanso de dias, antes de prosseguirem viagem para a Colônia, resolveu-se a construção de um barracão para a sua hospedagem. Para iniciar essa construção, Reinoldo Gärtner seguiu para a Barra-do-Rio. Com ele, desceram o Itajai Francisco Sallentien e Paulo Kellner, este para montar uma

serraria no pequeno Itajai, e o segundo para estabelecer-se, com casa de negócio, no mesmo local da Barra-do-Rio.

Kellner, durante a construção do seu engenho, nas proximidades da atual cidade de Brusque, foi atacado pelos índios, em pleno dia. Os selvagens mataram, a flechadas, dois dos seus agregados e feriram gravemente o próprio Kellner, que só escapou com vida graças aos cuicados médicos do Dr. Friz Müller, e ao seu extraordinário ânimo e coragem.

Em 1853, entraram, apenas 28 novos imigrantes e, entre eles, alguns merecedores de referência especial. Trata-se de Hermann Wendeburg, Júlio Baumgarten e Franz Keiner.

O primeiro, Wendeburg, tornou-se o mais eficiente e dedicado auxiliar do Dr. Blumenau, tendo entrado para o serviço da direção da Colônia como secretário, guarda livros e vice-diretor, exercendo esses encargos até a morte, em 1881, quando a Colônia já fora emancipada. Foi um exemplo de funcionário assíduo, consciencioso e eficiente.

Júlio Baumgarten, casando-se, posteriormente, com uma filha de Pedro Wagner que, como vimos, já se encontrava estabelecido, com sítio florescente, nas imediações da Colônia Blumenau, antes da fundação desta, tornou-se o tronco de uma família de prestimosos cidadãos, entre os quais Hermann Baumgarten, o fundador da imprensa blumenauense.

O terceiro, Franz Keiner, era farmacêutico. Fundou, pouco depois, uma farmácia no nascente povoado, trabalhando, nas horas vagas, também como agricultor. Era casado, e viera com a esposa e uma filha.

No relatório de 1853, há referências ao sistema adotado pelo fundador no aliciamento de emigrantes. Era o da emigração espontânea, vindo os colonos, ordinariamente, às suas próprias custas e, somente em casos excepcionais, era-lhes adiantada a passagem pela Direção da Colônia.

O fornecimento de gêneros comestíveis era feito aos colonos, a crédito, obrigando-se eles a restituir o respectivo preço, após as primeiras colheitas, ficando as terras como garantia dessa devolução.

Cada pai de família recebia, gratuitamente, uma área de terras de 50 até 75 mil braças quadradas, quando agricultores e, quando artífice, um lote urbano na futura povoação, com 500 a 1.000 braças quadradas. Os mais abastados adquiriram maiores áreas de terras, rio abaixo.

Já no mesmo relatório, o Dr. Blumenau sugeria que o governo imperial chamasse a si a direção da Colônia, visto que uma empresa particular, somente com grandes capitais poderia levar para diante um empreendimento com tais obje-

tivos, acrescentando ser sua intenção quando a colônia contasse, ao menos, 25 famílias, organizar um "Conselho Comunal" no qual ele teria um lugar, com direito a voto, sendo os demais eleitos pelos colonos. Esse Conselho dirigia a Colônia, obedecendo, naturalmente, às leis do país e determinações das respectivas autoridades, tratando de realizar as obras públicas necessárias. Pensaria, também, nos problemas de ordem espiritual, com a criação de comunidades evangélicas e paróquias católicas, exercendo, outrossim, atos de policia e justiça, quando se tratasse de rixas ou desavenças entre os colonos, que se obrigariam, ao dar entrada na Colônia, a submeter-se à decisão do Conselho, em todas as questões não adstrictas, ex-officio, às autoridades policiais e judiciárias.

Alegava o fundador ser a diminuta imigração desse ano de 1853 devida às agressões da Sociedade Central de Berlim e de grande parte da imprensa alemã, hostil ao Brasil; às intrigas entre diversos governos dos Estados Alemães e ao aparecimento do "cólera-morbus" na capital da Alemanha. Aconselhava o Governo a promover uma politica de imigração mais atuante, com a publicação de folhetos esclarecedores das condições de vida no Império, o pagamento da diferença da passagem da Europa para os Estados Unidos e da Europa para o Brasil, a formação de núcleos de colonização e subsídios pecuniários aos já existentes. Só assim, o governo imperial atrairia braços, que, além do esforço físico, trariam consigo, para o Brasil, capitais de inteligência, de indústria e até mesmo de moeda.

Concluía o relatório por esclarecer que ele, o Dr. Blumenau, empreendera a obra de colonização confiando, mais que nos seus próprios recursos, na ajuda de Deus, que não abandona obra alguma boa, adiantando suportar todo o peso do grande empreendimento com tenacidade, orientando-o através toda sorte de dificuldades, sem temores nem desfalecimentos. Era, porém, empresa a exigir recursos financeiros acima das suas posses e para mantê-la, se via obrigado a toda sorte de renúncias e de privações, contra os seus próprios interesses, que estariam mais bem protegidos em outros ramos de atividades, mesmo no exercício de sua profissão de químico farmacêutico, no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo. Terminava por dizer serem ótimos os prognósticos para a imigração no ano seguinte.

No começo de 1854, Blumenau seguiu para a Corte, onde fechou novo contrato com o Governo Imperial. Este adiantar-lhe-ia a quantia de 25 contos de réis até 1855 e mais

10 contos em cada um dos anos seguintes, até 1860. Em contrapartida, o Dr. Blumenau se obrigava a trazer 4.000 colonos europeus, nos próximos dez anos, zelando por sua instalação e sobrevivência; a construir a estrada entre a Colônia e o porto de Itajaí e um caminho para a Serra, até encontrar a estrada que, de São Paulo e Curitiba, ia à Província de São Pedro. A partir do ano de 1858, o governo poria à sua disposição uma verba de 8 contos para o prosseguimento e conclusão dessas obras, até o total de 32 contos de réis. A importância, anteriormente emprestada, de 10 contos, seria descontada dos prêmios que o governo se obrigaria a pagar ao Dr. Blumenau, por imigrante ingresso em sua colônia, prêmio de 30\$000 (trinta mil réis) por pessoa maior de 10 anos e menor de 45 e, 20\$000 (vinte mil réis) por menores de 10, e maiores de 45 anos de idade.

Com a entrada, no decorrer do ano, de mais 146 imigrantes, a Colônia contava, em fins de 1854, com 246 moradores, incluídas as 14 crianças já nascidas no estabelecimento.

O professor Fernando Ostermann, além das ocupações já descritas, abriu uma escola de primeiras letras na sede da Colônia e lecionava, também, em casa de colonos moradores nas proximidades. O Dr. Blumenau conseguiu do Presidente da Província, João José Coutinho, a oficialização da escola e a nomeação de Ostermann como professor público. Isso em junho de 1854. Ostermann ensinava nas duas línguas, português e alemão. Era homem inteligente, ativo e esforçado, apesar de sofrer de moléstia que, pouco depois, o levaria à sepultura.

O ano seguinte não trouxe grande aumento de população, pois o número de imigrantes foi acrescentado, apenas, de mais 32: 5 famílias e alguns solteiros.

O Dr. Blumenau terminou de escrever o seu livrinho: "A Colônia Alemã de Blumenau", que o sobrinho Reinoldo Gärtner foi encarregado de levar à Alemanha para imprimir. Ao mesmo tempo, como agente da empresa, trataria de intensificar a propaganda, junto às autoridades e à imprensa, da emigração para Santa Catarina e aliciando novos colonos para Blumenau.

Em novembro de 1855, chuvas continuadas fizeram transbordar o Itajaí e seus afluentes, alcançando as águas a altura de 9 e meio metros acima do normal, provocando perigosa inundação do povoado. Casas foram alagadas e algumas arrasadas, plantações destruídas.

Esse foi um duro golpe no estabelecimento, que crescia com tantas dificuldades e tantos sacrifícios.

O Dr. Blumenau achava-se, na ocasião, ausente, na Barra do Rio, aonde fora, em companhia do Dr. Fritz Müller, prestar socorros a Paulo Kellner, quase morto pelos bugres. Devido à enorme correnteza, que tornava quase impossível a navegação rio acima, somente vários dias depois, pôde regressar e participar das providências já pelos colonos postas em prática, para obviar as naturais conseqüências da catástrofe. O próprio Dr. Blumenau perdeu a casinha em que morava, arrancada pela fúria das águas e levada rio abaixo. Passou a residir no barracão dos imigrantes, onde mandou preparar dois cômodos.

Até o ano seguinte, houve sensível falta de víveres, e poucos dos colonos estavam em condições financeiras de comprá-los em outras fontes, forçando o Dr. Blumenau a novos adiantamentos aos seus homens.

A atuação de Reinoldo Görtner, na Alemanha, foi bem produtiva e várias levas de imigrantes entraram na Colônia em 1856 num total de 292 pessoas.

Um desses imigrantes, Augusto Hammester, adquiriu um lote no atual bairro de Itoupava-Seca e passou a trabalhar. Quando se ocupava na derrubada do mato, juntamente com o seu camarada João Kabem, também imigrado no mesmo ano, foi atacado pelos índios sendo ambos trucidados. Hammester tinha 41 anos, era casado, com quatro filhos entre 1 e 9 anos.

O fato causou desespero ao Dr. Blumenau e pânico à nascente Colônia. Novamente a guarda de pedestres e muitos dos colonos já estabelecidos, bateram as florestas das redondezas à caça dos bugres, sem resultado.

O número de casas de moradia, na Colônia, era, por esse tempo, de 94, havendo, assim, um acréscimo de 40 sobre o ano anterior. O número de habitantes subira para 498.

Apesar de todos os contratemplos, o estabelecimento do Dr. Blumenau florescia, vagarosa, mas seguramente. Existiam já 5 engenhos de farinha e outros tantos de açúcar, com 3 alambiques, 2 moinhos de milho, um movido a água e outro a tração animal, 2 engenhos de serrar, uma fábrica de vinagre, outra de cerveja, uma padaria e uma oitaria.

Lamentava o fundador a falta de um pastor que olhasse pelas necessidades espirituais dos colonos, na sua quase totalidade protestantes; enquanto o mesmo não chegasse. O próprio fundador se encarregava de muitas dessas atribui-

ções, realizando até casamentos, mais tarde revalidados perante o altar.

O ano de 1856 foi assinalado por algumas experiências de profunda influência no desenvolvimento econômico do empreendimento: a introdução do arado e a adoção do sistema de estabulação do gado leiteiro. Já existiam na Colônia 11 cavalos e mulas, 76 cabeças de gado vacum, 134 suínos e grande número de galináceos.

O caminho para pedestres e cavaleiros, pela margem direita do rio, encontrava-se concluído até Gaspar Pequeno, distante cerca de duas e meia léguas da Colônia, faltando, apenas, a ponte sobre o Gaspar Grande.

Pensando-se já na construção de capelas para os protestantes e católicos, foi mandado serrar a madeira necessária.

Casado e agraciado com o título de Cônsul do Gran-Ducado de Brunsvique no Brasil, regressou da Alemanha o sobrinho Reinoldo Görtner. A boa acolhida e a consideração que merecera das autoridades alemãs, foram mais uma prova de que o estabelecimento do Dr. Blumenau gozava de prestígio tal como nenhuma outra colônia, até então fundada no Brasil. Podia orgulhar-se, e isso a despeito de a imprensa e o governo alemães continuarem hostilizando, por todos os meios, a emigração para o nosso país.

O fato constituía motivo de justa satisfação para o fundador. Este se mostrava cada vez mais ufano e entusiasmado com a sua obra, apesar dos sofrimentos e contrariedades que a mesma lhe causava.

Os colonos, por sua parte, com bem raras exceções, mostravam-se bem dispostos e animados, trabalhando confiantes no futuro do estabelecimento.

Contudo, o fundador queixava-se da falta de recursos financeiros. Salvo o pequeno empréstimo, só podia contar com os próprios fundos e estes eram de todo insuficientes para manter um empreendimento que dia a dia, se ampliava, exigindo sempre maiores gastos. Estes eram agravados pelas diferenças entre os cálculos e a realidade de preços, oriunda de circunstâncias imprevisíveis. Para ilustrar a asserção, ele apresentava o fato de que, havendo orçado em determinada quantia, a introdução, na Colônia, e o sustento de 300 colonos, a mesma soma não chegara senão e apenas para 100. E, além de tudo mais, tinha de empregar dinheiro para ajudar as pequenas indústrias dos colonos, como engenhos e olarias, e até a farmácia montada à sua cus-

ta, mandando buscar medicamentos no Rio e, mesmo, na Europa.

Com a introdução de quatro reprodutores da raça oldeburguesa, importados pelo fundador, esperava-se formar, na Colônia, um rebanho leiteiro de capacidade produtiva superior à dos existentes no país.

Por esse tempo, o Senado do Império discutia o contrato pretendido pelos concessionários da Linha Intermediária de vapores, dos portos do Sul. O Dr. Blumenau aproveitou o ensejo para fazer um apelo ao governo no sentido de que os vapores dessa linha também escalassem no porto de Itajai.

Um dos motivos de grandes aborrecimentos e preocupações para o fundador, além da falta de recursos financeiros e das calamidades desabadas sobre o estabelecimento, era a animosidade alimentada pelo Presidente da Província, João José Coutinho, contra o Dr. Blumenau e a sua obra.

Esse Presidente, aliás, homem culto, honesto e operoso, tendo prestado, incontestavelmente, muitos e bons serviços ao progresso material e ao desenvolvimento cultural da Província, não via, realmente com bons olhos a colonização estrangeira que o governo Imperial incentivava em Santa Catarina. O fato de que, além de alemães, os elementos introduzidos pelo Dr. Blumenau em suas terras eram, em sua quase totalidade, protestantes, aumentava as prevenções do zeloso estadista.

O Dr. Blumenau queixa-se, amargamente, da má vontade do Presidente. Este jamais lhe dirigira uma palavra de estímulo e de conforto, quando, atribulado pelas verdadeiras necessidades, pedia-lhe conselhos e orientação. Ao contrário, sempre que se oferecia ocasião, procurava desprestigiarlo.

Em seu relatório de 1857, o Dr. Blumenau enumerava vários fatos e oportunidades em que o Presidente Coutinho evidenciara a sua má vontade para com a nascente Colônia e o seu fundador.

Em fins de 1857, por indicação do Dr. Blumenau, dois dos seus colonos, o jurista Richard Becker, recentemente emigrado, e o naturalista Fritz Müller, foram nomeados lectors, respectivamente, de latim, matemática e ciências naturais, do Liceu Provincial, criado pelo Presidente Coutinho.

Segundo se verifica do mapa publicado, juntamente com o livrinho do Dr. Blumenau, vindo à luz na Alemanha, em 1858, a Colônia Blumenau estava dividida em seis zonas, medidas, demarcadas e já habitadas. A primeira, denominada "Stadtpiaz" (lugar do povoado), era a sede da Colônia e

compreendia 56 lotes urbanos, de superfície variada, que se estendiam desde um pouco acima da foz do ribeirão Bom Retiro, pelas margens do Ribeirão Garcia acima, até as proximidades da atual rua Progresso, e, pela margem direita do Itajai-Açu, até as proximidades da atual rua Namy Deeke. A segunda zona era constituída de 22 lotes colomais (de 150 a 200.000 m² cada um) com frente para a margem direita do Ribeirão Garcia. A 3.^a, de 19 lotes, de diferentes áreas, à margem esquerda do mesmo Ribeirão. A 4.^a, de 22 lotes colomais, começava no morro da Boa Vista e ia pela margem direita do Itajai-Açu até pouco abaixo do Salto. A 5.^a, de 24 lotes, pela margem esquerda do Itajai, da foz do ribeirão Itoupava para baixo, ou seja, o atual bairro de Itoupava Norte. Finalmente, a 6.^a, de apenas 7 lotes, à margem esquerda do Itajai, da divisa de Ponta Aguda para baixo.

A área habitada de toda a Colônia Blumenau era pois, bem inferior à superfície da atual cidade de Blumenau.

O ano de 1857 havia sido feliz no tocante à imigração. Tinham chegado 35 famílias e mais de 50 indivíduos solteiros, maiores. Entre esses imigrantes, vários tiveram papel preponderante no desenvolvimento da Colônia, como: Teodoro Deeke, Karl Meyer e Augusto Spierling (estes dois últimos, em sociedade, abriram a primeira casa comercial bem organizada e sortida em Blumenau); Augusto Keunecke, farmacêutico em Indaial e intendente do Distrito; Victor von Gilsa, comandante do Batalhão de Voluntários da Pátria; Ferdinando Ebert e outros que, por seus notáveis serviços à comunidade, deixaram o nome consagrado nos anais blumenauenses.

Nesse ano, chegou o tão ansiado pastor protestante, que providenciou logo a fundação de uma comunidade evangélica, e a organização dos serviços paroquiais. Tratava-se do reverendo Oswaldo Rodolfo Hesse que, como veremos mais adiante, dedicou todo o restante de sua existência ao ensino, à educação da mocidade e aos cuidados espirituais dos protestantes blumenauenses. Celebrava os atos do Culto Divino e as cerimônias religiosas, provisoriamente, em um dos compartimentos da Casa de Recepção dos imigrantes, que para tanto foi adaptada, e, posteriormente, em uma capela de tábuas, próxima à casa de residência que lhe fora preparada.

Os dois anos seguintes não foram favoráveis à imigração. Entraram na Colônia, apenas, 110 pessoas.

Esse fato, acrescido das dificuldades financeiras acumuladas de ano para ano, obrigaram o Dr. Blumenau a intensificar os seus esforços e a redobrar providências no sentido

de conseguir avocasse o governo Imperial a administração do estabelecimento. A capacidade financeira do fundador estava esgotada, a sua saúde arruinada, piorando dia a dia, um razão das responsabilidades e dos encargos multiplicados a cada instante.

Assim, dirigiu nova petição à Corte, insistindo pela encampação, por parte do governo, da Colônia fundada com aquisição das terras a ele pertencentes, das benfeitorias já executadas, etc. Juntou à petição um inventário completo de todos os bens do empreendimento, cujo valor orçava em 146 contos de réis (Cr\$ 146,00) em números redondos, não incluída nestes a soma de 40 contos de réis em que se avaliavam as dívidas dos colonos pela compra de terras, gêneros de primeira necessidade e ferramentas.

As terras compreendidas na concessão da Colônia Blumenau, abrangiam quase toda a área da Baía do Itajaí-Açu, desde a divisa com a Colônia Belchior (limites aproximados do atual município de Gaspar), até os contrafortes da Serra do Mar, numa área aproximada de 24 léguas quadradas. Os edifícios públicos constavam de um barracão para hospedagem de imigrantes, na Barra do Itajaí-Mirim, com capacidade para abrigar 160 a 200 pessoas; dois barracões para o mesmo fim, na sede da Colônia e no lugar Itoupava; uma casa para o pastor protestante; uma casa pequena que o Dr. Blumenau edificara nesse mesmo ano, para sua moradia; uma escada e um plano inclinado no porto da povoação; cerca de 900 braças correntes de caminhos em várias direções, cemitério, derrubadas para a futura construção da igreja, da escola e da cadeia pública, pequenos pastos para os animais empregados no serviço de obras públicas, viveiros com mudas, etc.

Para defender, pessoalmente, a sua pretensão e acompanhar o andamento do pedido, o Dr. Blumenau, em meados de 1859, seguiu para o Rio de Janeiro.

Já então, o Governo Provincial, considerando a grande distância entre a sede da Freguesia do SS. Sacramento do Itajaí e a Colônia Blumenau, até onde se dilatava a jurisdição da primeira, criou, em maio, um Distrito de Paz com assento na mesma Colônia, determinando que a eleição para os respectivos juizes se fizesse na época das eleições gerais de 1860.

Os limites do Distrito iam da foz do Rio Gaspar Pequeno à margem direita do Itajaí-Açu e a do Ribeirão Poçoinho, à margem esquerda, compreendendo todas as terras daí para cima.

Esse foi um dos últimos atos assinados pelo Presidente João José Coutinho, que deixou o Governo Provincial em setembro, desanuviando-se, com isso, as relações entre a administração da Colônia e a da Província.

A criação do Distrito de Paz veio beneficiar muito a Colônia, cujos moradores, já agora, não teriam mais necessidade de fazer a longa e custosa viagem pelo rio, de barco ou de canoa, para resolverem as suas pendências com a justiça de paz, ou para cumprirem atos a esta atribuídos.

Nesse ano ainda, o Instituto Livre Alemão de Alta Cultura, da "Casa de Goethe", em Francforte, num belo gesto de reconhecimento às realizações do Dr. Blumenau em prol da cultura e pelo bem da humanidade, conferiu-lhe o título de mestre e sócio honorário.

As negociações para a transferência da Colônia ao Governo Imperial caminharam auspiciosamente e culminaram com a assinatura de um acordo, de que trataremos no capítulo seguinte.

E, antes de passarmos a ele, vejamos alguns dados sobre a situação da Colônia, tal como a recebeu o Governo Imperial:

A população era de 943 habitantes, sendo 64 católicos e 879 protestantes, distribuídos por 171 famílias, ocupando 169 lotes coloniais e urbanos com cerca de 5.408 hectares. Existiam 6 marceneiros, 2 seleiros, 3 pedreiros, 2 ferreiros, 6 carpinteiros, 1 fabricante de embarcações, 2 alfaiates, 3 sapateiros, 1 padeiro, 1 latoeiro, 1 farmacêutico, 1 médico, 2 professores, 1 parteira, 1 açougueiro, 3 negociantes, 2 casas de pasto, 34 engenhos de açúcar; 24 engenhos de mandioca, 2 moinhos de milho, 3 olarias, 1 fabricante de louça de barro, 1 cervejaria, 2 serrarias, 1 fábrica de viuagre e 1 de charutos.

Havia 6.844 metros correntes de estradas carroçáveis e 10.766 de estradas para pedestres e cavaleiros.

A produção da Colônia, em fins de 1859, foi estimada em: 2.500 arrobas de açúcar; 1.430 alqueires de farinha de mandioca; 27.400 mãos de milho; 101 arrobas de fumo em folha; 17.400 medidas de cachaça; 404 alqueires de feijão e 33 arrobas de café.

A exportação foi de 13:200\$000 e a importação, de 25:000\$000, tudo segundo dados extraídos do Relatório do Presidente da Província, atinente ao citado ano.

Ainda quanto à população, é interessante registrar-se o seguinte quadro:

Os homens eram em número de 553 e as mulheres de

390, aqueles constituindo 59% da população e estas, 41%.
Integravam as 171 famílias, 716 indivíduos, ou 76% da população, sendo os restantes 227 indivíduos solteiros, estranhos às referidas famílias.

Quanto à idade, eram menores de 5 anos — 132, ou 14% da população total; de 5 a 14 anos — 181 pessoas, ou 19%; de 14 a 20 anos — 80 pessoas, ou 8%; de 20 a 30 anos — 252 pessoas, ou 27% e, finalmente, de mais de 30 anos — 298 pessoas, ou 32% da população total.

Verificaram-se na Colônia, de 1850 a 1859, 143 nascimentos (15%) e 69 óbitos (7%).

O fim do ano de 1859 marcou, também, o término da existência de Blumenau como Colônia particular.

2.^a Parte

I

BLUMENAU - COLÔNIA IMPERIAL

1.^o decênio 1860/1869

Coroados de êxito os seus esforços, no sentido de transferir a responsabilidade da administração do estabelecimento, lançado com tantos trabalhos e sacrifícios, o Dr. Blumenau sentiu-se aliviado de grande peso e revestido de novo entusiasmo pela continuação da obra em que pusera todas as suas esperanças e todos os seus cuidados.

Na verdade, não fizera bom negócio. Depois de dez anos de trabalho porfiado, de atividade constante e sempre atribulada, de largo dispêndio do próprio e do capital havido por herança, muito longe de ter tido algum lucro, não recobrou, na transação, nem mesmo o dinheiro empregado.

Vários meses duraram as negociações para o encampamento, tendo afinal, sido assinado o respectivo convênio a 15 de janeiro de 1860, depois de publicada a respectiva ordenança.

A boa vontade e compreensão de D. Pedro II para com o Dr. Blumenau e os seus planos e projetos de uma colonização em grande escala, foram fatores dos mais decisivos na conclusão feliz das transações.

Sendo o contrato, então assinado, de grande importância histórica, marco da aurora de uma era de franca prosperidade para Blumenau, convém que nos demoremos um pouco na sua apreciação.

Em nome do Governo Imperial, o contrato foi assinado por Manoel Felizardo de Souza e Mello, Conselheiro de Es-